



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH  
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

Juliane Maia do Carmo Vianna Dantas

**Arquivos pessoais e museus: um estudo do acervo de Sérgio Cabral**

RIO DE JANEIRO

2017

Juliane Maia do Carmo Vianna Dantas

**Arquivos pessoais e museus: um estudo do acervo de Sérgio Cabral**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Arquivologia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Patrícia Ladeira Penna Macêdo

RIO DE JANEIRO

2017

Dantas, Juliane Maia do Carmo Vianna.

Arquivos Pessoais e Museus: um estudo do acervo de Sérgio Cabral. /  
Juliane Maia do Carmo Vianna Dantas. Rio de Janeiro. 2017. 52 f.

Orientadora: Patrícia Ladeira Penna Macêdo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,  
Graduação de Arquivologia, 2017.

1. Arquivos pessoais. 2. Museu. 3. Museu da Imagem e do Som. I.  
Macêdo, Patrícia Ladeira Penna. II. Universidade Federal do Estado  
do Rio de Janeiro.

Juliane Maia do Carmo Vianna Dantas

**Arquivos Pessoais e Museus: um estudo do acervo de Sérgio Cabral**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola de Arquivologia, como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Patrícia Ladeira Penna Macêdo

---

Professora Anna Carla Almeida Mariz

---

Professora Fernanda da Costa Monteiro Araujo

Aos meus pais e minha irmã, por mostrar que com esforço, tudo é possível.

## **AGRADECIMENTOS:**

Primeiramente a Deus, por em todos os momentos que parecia que não iria conseguir, fez esse trabalho junto comigo, retomando meu foco e trazendo inspiração.

Aos meus pais José Fernando e Ana Maria, por me apoiarem sempre da maneira que podem, tendo fé em mim quando nem eu mesma tenho. À minha irmã Caroline Maia, por ser meu maior exemplo desde criança e por mostrar que tendo um objetivo posso alcançá-lo. À Docinho por me alegrar com as suas peraltices.

Ao meu namorado Diego França, por me apoiar incondicionalmente. Pelo seu cuidado e carinho comigo. Por me ajudar a manter o foco quando eu não conseguia. Por ser meu amigo, companheiro e me alegrar, aliviando muito a pressão que sentia.

Aos meus avós Fernanda Maia, Antônio do Carmo e Diva Dantas, por todo carinho.

À minha prima Letícia Dantas, por ser minha confidente, amiga e parceira nas minhas loucuras e a minha família taubateana, por sempre ser meu refúgio feliz.

À minha amiga Alessandra Lyra, por estar comigo sempre, incondicionalmente. Da infância até hoje. Sempre sendo confidente conselheira e um dos meus melhores exemplos.

À minha amiga Thayane Medeiros, por nunca deixar de estar comigo. Pelas nossas histórias, confidências, confiança e melhores momentos de vida.

As minhas amigas Djamila Dias, Beatriz Casqueiro e Luísa Callado, por fazerem partes das minhas melhores lembranças e se manterem me apoiando até hoje.

Aos meus amigos do CEL, Letícia Carolina, Andrezza Figueiredo, Ingrid Verri e Daniel Araújo, por se manterem presentes e me recordar um ensino médio divertido e feliz.

Aos meus amigos de faculdade Bruna Barcellos, Mario Penha, Alessandra Ferraz, Juliana Santanna, Fernanda Rodrigues, Suzanny Santana e Andrea Matias. Por me proporcionarem viver as melhores histórias. Por fazerem desses anos os mais divertidos que poderia ter na UNIRIO, no CEPEL e nas nossas caronas depois das aulas.

À Alekssandra França pelo carinho comigo e por me apresentar a Arquivologia e minha futura profissão. À Rita França por me dar minha primeira oportunidade de estágio no MIS. À Daiane Lopes, Pedro Paulo Júnior, Rodrigo Manoel, Miler e em especial a Eliane Antunes. Pelos anos queridos que passei aprendendo no MIS e por hoje me ajudarem na pesquisa para minha monografia no Museu da Imagem e do Som.

À minha Orientadora Patrícia Macêdo, por me ensinar tanto sobre os arquivos pessoais, despertando com as suas aulas mais o meu interesse sobre esse universo. Por me ajudar no desenvolvimento do meu projeto e da minha pesquisa de monografia. E por acreditar que conseguiria desenvolver esse trabalho.

“Produzir e manter registros atesta nossas vidas,  
evidencia, representa e memorializa nossas interações,  
relacionamentos e nos situa no mundo”.

(McKemmish, 2013, p.29)

## RESUMO

DANTAS, Juliane Maia do Carmo Vianna. **Arquivos pessoais e museus**: um estudo no acervo Sérgio Cabral. 2017. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Os arquivos pessoais foram tardiamente reconhecidos no escopo teórico da Arquivologia. Nesse sentido, faz-se necessário se repensar a relação existente entre os conceitos arquivísticos tradicionais e os acervos pessoais. Arquivos pessoais são arquivos e, portanto merecem uma maior atenção por parte dos arquivistas. Trata-se assim de um objeto de interesse multidisciplinar, tendo seu reconhecimento em campos do conhecimento como a História e a Museologia. Ao longo dos anos, e ainda hoje, muitos desses acervos estão sob guarda de museus, sendo este o objetivo do presente trabalho. Buscou-se ao longo do texto, entender como é dado tratamento museal direcionado a arquivos pessoais. Nesse intuito, realizamos um estudo de caso no acervo pessoal Sérgio Cabral, custodiado no Museu da Imagem e do Som. Analisando sua organização museológica e como a incidência do trabalho de arquivistas nesse processo representa uma troca benéfica entre os campos da Museologia e da Arquivologia de modo a cooperar na sua melhor organização, visando a disponibilização e o acesso desse acervo.

**Palavras-Chave:** Arquivos Pessoais, Museu, Museu da Imagem e do Som.



## ABSTRACT

Personal archives were recognized late in the theoretical scope of Archivology. So, it is necessary to rethink the relationship between the traditional archives concepts and personal collections one. Personal Files are archive, and so, it deserves more attention of archivists. It is an official object that get multidisciplinary interest, as it is recognized in History and Museology. Over the years, and even today, many of these collections are under guard of museums, and this is the target of this job. It was searched throughout the text, understand how museum treatment is given to personal archives. To this end, we carried out a case study in the personal collection Sérgio Cabral, guarded in the Museum of Image and Sound. Analyzing their museological organization and how the incidence of archivists performance in this process can be benefit to exchange between the fields of Museology and Archivology in order to cooperate in its best organization, with the aim to make available and access to the acquis.

**Keywords:** personal archives, museum, picture and sound museum

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Fachada MIS/RJ Lapa.....	40
Figura 2 – Fachada MIS/RJ Praça XV.....	40

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Coleções do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.....	41
Tabela 2 - Gêneros que compõem o acervo pessoal Sérgio Cabral.....	43

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

DIBRATE – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

ICOM - International Council of Museums

MIS – Museu da Imagem e do Som

MIS/RJ – Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. O CONCEITO DE ARQUIVOS PESSOAIS.....	17
2.1 O que são arquivos pessoais.....	17
2.2 Por que guardar arquivos pessoais.....	19
2.3 Arquivos Pessoais e Memória.....	23
3. A RELAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ARQUIVOS PESSOAIS...26	
3.1 Quais são os princípios arquivísticos.....	26
3.2 Conceitos arquivísticos em Arquivos Pessoais.....	30
3.3 A Organicidade e os Arquivos Pessoais.....	34
4. MUSEU COM ARQUIVOS PESSOAIS.....	36
4.1 O Contexto dos Arquivos Pessoais em Museus.....	36
4.2 O Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.....	39
4.3 Acervo pessoal Sérgio Cabral.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
7. ANEXO.....	52

## 1. INTRODUÇÃO

Esta monografia visa estudar os arquivos pessoais armazenados em museus, por meio de análise do processo de tratamento dado a esses documentos. Como recorte deste objeto, priorizamos realizar um estudo de caso da Coleção Sérgio Cabral, pertencente ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Para tanto, considera-se estudar o museu como lugar de memória e de preservação de arquivos pessoais, uma vez que esses documentos contribuem para os estudos acerca da memória coletiva.

Logo, essa pesquisa visa a partir de uma problematização prática de organização documental exercida em um reconhecido museu da cidade do Rio de Janeiro, relacionar esta prática com a teoria arquivística, e as possibilidades de troca entre as duas áreas do saber. Nesse sentido, buscamos reafirmar a necessidade de entender os arquivos pessoais como arquivos, pois, conforme nos mostra Ana Maria de Almeida Camargo (1997), apesar de serem entendidos em sua maioria como coleções, os arquivos pessoais representam um conjunto documental orgânico e somente adquirem sentido se conservados juntos.

Dessa maneira, o objetivo geral da presente pesquisa, é analisar a formas de organização desenvolvidas por museus no tratamento de arquivos pessoais, através de estudo empírico realizado no acervo Sérgio Cabral, custodiado no Museu da Imagem e do Som. Para isso temos como objetivos específicos, compreender o que são os arquivos pessoais, e a relação entre os princípios arquivísticos e a organicidade envolvida nesses documentos.

Nesse sentido utilizamos como metodologia uma pesquisa bibliográfica exploratória. Complementando-se de forma empírica, estudando um acervo pessoal custodiado em museu. Logo, para realização dessa pesquisa de campo, fizemos uso de entrevista como instrumento de pesquisa, assim como uma busca quantitativa em banco de dados no Museu da Imagem e do Som.

Assim, estruturalmente, esse se divide em três capítulos. Onde no primeiro busca-se compreender o que são os arquivos pessoais, este é que o objeto, principal desta pesquisa. Para isso, será apresentada uma análise conceitual com base em trabalhos teóricos realizados por autores que consideramos referência no estudo dos arquivos pessoais, como Ana Maria de Almeida Camargo (1997; 2009; 2017), Lucia Maria Velloso de Oliveira (2010), José Francisco Guelfi Campos (2014), entre outros. Compreendendo que os documentos arquivísticos são, fundamentalmente, orgânicos, ou seja, que estabelecem relações entre si dentro de um conjunto.

Visa-se no segundo capítulo deste trabalho, entender como é dada a organicidade em documentos de arquivo. Dentre outros autores, destacamos aqui como uma das principais referências consultadas para essa discussão, a dissertação de Kíssila da Silva Rangel (2015) a respeito da Organicidade dos documentos. Buscando compreender em especial, como pode ser observada essa relação orgânica em arquivos pessoais. Já que defendemos aqui que esses documentos de pessoas também são objetos de estudo para Arquivologia, ou seja, são dotados de organicidade e merecem uma maior atenção por parte dos arquivistas. Nesse sentido, os arquivos pessoais devem receber tratamento arquivístico que tenha por base os conceitos e princípios da Arquivologia, como: Respeito aos Fundos, Princípio da Proveniência, Ordem Original, Territorialidade, Reintegração de Fundos e Organicidade. Logo, além da organicidade dos arquivos é proposto no segundo capítulo deste trabalho, estudar também os princípios arquivísticos e como estes podem ser adequados aos arquivos pessoais.

Entendemos que o trabalho com arquivos pessoais mostra-se de maneira complexa, já que nem todos os princípios conseguem ser facilmente e igualmente aplicados entre arquivos organizacionais e pessoais. Ao longo do trabalho é debatido e apresentado o “lugar obscuro” (OLIVEIRA, 2010, p.34) ocupado pelos arquivos pessoais na Arquivologia.

Relembramos assim também, ao longo deste trabalho, que tradicionalmente a Arquivologia não se preocupou com esses conjuntos documentais, principalmente em virtude de sua tradição associada à organização de documentos provenientes de Instituições Públicas e de caráter administrativo. Dessa maneira, estes documentos, nem sempre foram objetos de estudo reconhecidos pelos arquivistas. Ficando por muitos anos esses documentos sob responsabilidade das bibliotecas e museus.

Desta forma, a questão que foi levantada e incitou a curiosidade acerca da exploração deste tema, foi justamente compreender que existem arquivos pessoais importantes para cultura brasileira que estão sob a guarda e os cuidados de instituições museológicas. Entidades estas que não são diretamente responsáveis pela organização e divulgação de documentos de Arquivo.

No entanto, o que se busca aqui analisar, é a forma de tratamento museal<sup>1</sup> dada aos arquivos pessoais, sob sua guarda. E para além, identificar como procedimentos arquivísticos podem auxiliar na sua preservação documental e assegurar o caráter memorialístico desta documentação.

---

<sup>1</sup> ”O adjetivo “museal” serve para qualificar tudo aquilo que é relativo ao museu” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014).

Por fim, o terceiro capítulo desta monografia dedica-se a realizar uma pesquisa empírica no acervo textual Sérgio Cabral. O motivo dessa escolha justifica-se por já ser de prévio conhecimento da pesquisadora desta monografia que o trabalho inicial de organização e catalogação desse acervo foi coordenado por uma arquivista.

O que salienta o pensamento de que os arquivistas podem auxiliar no tratamento desta documentação, reconhecida como fonte de conhecimento e memória, uma vez que, representam lembranças particulares sendo partes de um contexto social e da época, em que o indivíduo produtor está inserido.

Justificando o motivo para se realizar esta pesquisa, entende-se que os museus hoje armazenam uma quantidade significativa dos arquivos pessoais custodiados no Brasil, que por serem arquivos, merecem também um cuidado arquivístico.

Segundo Renato Venâncio (2016, Comunicação Verbal<sup>2</sup>) 95% dos museus, abrigam arquivos pessoais. Segundo ele sugere na sua pesquisa, “Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem”, os museus atualmente superam os arquivos públicos em relação à custódia de arquivos pessoais e coleções, buscando a preservação da memória para posteridade (VENÂNCIO, 2016). Justificando-se assim, estudar o tratamento desses documentos em museus, podendo compreendê-los como lugares de memória.

Logo, este trabalho visa também contribuir para a área por ser um viés a mais a ser pensado pela Arquivologia. Retratando assim mais uma possibilidade de atuação para os arquivistas, uma vez que, tanto as metodologias museológicas quanto as arquivísticas utilizadas nos tratamentos de arquivos pessoais, significariam uma possibilidade de troca de conhecimentos e uma ação benéfica para a preservação dos acervos pessoais.

Portanto, consideramos este trabalho importante, pois retrata uma discussão, ao que percebemos até o momento, pouco debatida na área da Arquivologia, ao menos por parte da literatura nacional. Vale ressaltar que se não trata aqui, pensar apenas a preservação dos arquivos pessoais na Arquivologia, mas sim, analisar a escassez de produção no que tange a relação entre museus e arquivos pessoais, o seu tratamento e a possibilidade de ampliação da atuação profissional dos arquivistas.

---

<sup>2</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Onde estão os arquivos pessoais? : uma sondagem*. In: II Encontro Arquivos Pessoais e Cultura: O direito à memória e à intimidade: visibilidade e internet, 21-23 Set. 2016, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.



## 2. O CONCEITO DE ARQUIVOS PESSOAIS

### 2.1 O QUE SÃO ARQUIVOS PESSOAIS

Os arquivos pessoais são os documentos produzidos e acumulados por pessoas. O indivíduo titular dos arquivos pessoais pode assumir diversas *personas*<sup>3</sup> ao longo de sua vida, conforme nos lembra SOBRAL e MACEDO (Comunicação Verbal, 2017) e estas de certa forma, são representadas em seus documentos. Dessa forma, em arquivos pessoais irão aparecer muitos documentos informais e rarefeitos, assim como prelúdios e reflexões. (CAMARGO, 2017). Permitindo-se assim ter uma melhor ótica do produtor, através dos seus arquivos pessoais se comparados aos documentos oficiais. Podendo assim observar nesses registros como se dão os seus relacionamentos, pensamentos e opiniões. Além de poder compreender todo um contexto social através dos registros de seu arquivo pessoal.

Portanto, “no âmbito dos arquivos pessoais, as fronteiras que demarcam as diferentes áreas de atuação de um mesmo indivíduo são tênues e imprecisas” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 23). Os arquivos pessoais mostram-se como importantes fontes de conhecimento e pesquisa, pois contém documentos além dos reconhecidos como oficiais. Por isso nos permitem observar os pensamentos, as relações familiares, profissionais e sociais do seu titular, conforme mostrado também por Heloísa Liberalli Belloto, ao refletir sobre esses documentos:

Têm maiores condições e oportunidades de realizar essa espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e à razão de ser de ações e atitudes suas, das quais, de outro modo, só se conheceria a finalização. Nessa invasão deparam-se eles com o esperado, mas também não, quase que na mesma proporção (BELLOTO, 1997, p. 202)

Dessa maneira, os arquivos pessoais podem ser definidos, de acordo com Lúcia Maria Velloso de Oliveira (2010, p. 35), como um “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Assim, os arquivos pessoais possuem a capacidade de representar seu produtor, conforme demonstrado por José Francisco Guelfi Campos:

Quando produzidos e acumulados por uma pessoa, formando aquilo a que chamamos arquivos pessoais, os documentos ostentam não apenas a capacidade de representar seu criador na consecução das atividades cotidianas, mas também em sua malha de relacionamentos familiares, sociais, amorosos... São ainda testemunhos dos eventos vividos, das áreas de ação e dos papéis sociais desempenhados por seus titulares ao longo da vida, estendendo sua relevância para além dos negócios de uma pessoa ou

---

<sup>3</sup> SOBRAL, Camila e MACEDO, Patrícia. *Arquivos Pessoais em seu contexto: Pesquisa e Prática*. IN: *Café com Arquivo: Arquivos Pessoais*. 25 Abr. 2017, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

família, podendo representar fontes importantes para estudos mais amplos a respeito de determinados aspectos da realidade social, artística, científica [...] (CAMPOS, 2014, p. 18)

Por essa razão, de permitir através dos seus registros a possibilidade da representatividade do indivíduo produtor de um arquivo pessoal, é que os arquivos pessoais mostram-se cada vez mais como importantes fontes de conhecimento e até mesmo como parte de uma contribuição para construção da memória de uma sociedade.

Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo. (OLIVEIRA, 2010, p. 35)

Dessa forma, os arquivos pessoais não têm uma regra específica para sua formação, ou documentos pré-determinados que o componham. Uma vez que existem infinitudes de documentos possíveis de serem encontrados dentro de um conjunto de arquivo pessoal. Uma vez que estes arquivos surgem da vontade de acumulação do seu produtor. Ideia essa também mostrada por Oliveira, através de uma reflexão de Catherine Hobbs, acerca da constituição dos arquivos pessoais.

Os arquivos pessoais refletem não somente o que as pessoas fazem ou pensam, mas quem são, como vêem e experimentam suas vidas. **Um indivíduo cria seu arquivo para atender suas necessidades ou predileções ou personalidade, e não porque alguma lei, estatuto, regulamento ou política corporativa disse que deveria criá-lo.** É claro que existem exceções, como formulários de imposto de renda e assim por diante, mas esses documentos refletem a persona pública do indivíduo e suas ações oficiais, não sua alma ou personalidade. (HOBBS apud OLIVEIRA, 2010, p.37, grifo nosso)

Dessa forma, alguns documentos são característicos de serem encontrados nesses chamados arquivos pessoais<sup>4</sup> e que não são comuns, por exemplo, a arquivos corporativos. Podemos exemplificar alguns desses documentos pessoais como: as cartas (íntimas, de afeto ou amorosas), cartões postais, “Santinhos”<sup>5</sup>, convites, diplomas, anotações, rascunhos, lembretes, agendas, avaliações, composições, bilhetes, declarações, telegramas, avisos, autógrafos, entre muitos outros. Estes documentos podem ser caracterizados como não oficiais, portanto, não institucionais. Assim, diferem-se daqueles habituais encontrados em empresas e tratados por arquivistas como contratos, atas, ofícios, circular, memorandos, entre outros.

---

<sup>4</sup> Consideramos aqui, como forma de recorte metodológico de pesquisa, apenas documentos pessoais no suporte em papel. Não considerando, por exemplo, arquivos digitais que possibilitariam novas variedades de registros para os documentos pessoais.

<sup>5</sup> Estes documentos são documentos que remetem a lembrança do indivíduo. Existindo variedades como os santinhos de primeira comunhão ou de falecimento.

No entanto, esses documentos informais são cada vez mais procurados com finalidade de pesquisa, registram a memória, servem de fonte de conhecimento e história. E merecem ser preservados e cuidados, e uma vez que são arquivos, devem receber uma atenção maior por parte dos arquivistas. Essa maior procura pelos arquivos pessoais já se evidencia na maior quantidade de produção de trabalhos acadêmicos relacionados a esse tema por arquivistas, assim como debates e eventos promovidos por profissionais da área.

**Uma vez reconhecida a importância cultural dos arquivos pessoais e dado o considerável interesse desses materiais para os usuários dos arquivos para pesquisa familiar e para estudos históricos mais amplos, chegará a hora em que os arquivos se concentrarão no pessoal e no privado. (CRAIG apud OLIVEIRA, 2010, p.32, grifo nosso)**

## 2.2 POR QUE GUARDAR ARQUIVOS PESSOAIS

Como já dito uma vez por Heloísa Liberalli Belloto<sup>6</sup>, “o campo instigante dos arquivos pessoais sempre suscitou a curiosidade” (BELLOTO, 1997). O motivo disso, é porque esses documentos despertam o interesse e deslumbram de certa maneira aqueles que o conhecem e passam a ter um contato direto com esses documentos, seja por motivo de pesquisa ou por trabalhar cuidando desses acervos específicos. “E, esse fascínio exercido pelos *personal papers*, fascínio do qual é muito fácil passar ao vício” (BELLOTO, 1997). O inegável é, estes, são documentos instigantes, curiosos e potencialmente apaixonantes para os estudiosos dos arquivos pessoais.

No entanto, no que tange o tratamento desses documentos, no âmbito dos conhecimentos teóricos e conceituais da Arquivologia, torna-se evidente a dificuldade em trabalhar com os arquivos pessoais. Muito por conta de esses documentos terem sido evitados por arquivistas por um longo período.

Os arquivos pessoais não tinham merecido, até duas ou três décadas atrás, a devida atenção no que diz respeito à sua existência, rastreamento, organização e divulgação, nem tinham sido objeto de pesquisa como poderiam e deveriam ser. Hoje a situação é bem outra. Com os arquivos pessoais inspirando e documentando trabalhos acadêmicos e de ficção (literatura e cinema), dando origem a exposições e motivando a publicação de instrumentos de pesquisa [...] estão demonstradas a dinamização e o crescimento dos recolhimentos, da organização e da disponibilização dos documentos de origem privada em entidades especializadas públicas ou particulares. (BELLOTO, 1997, p. 202)

---

<sup>6</sup> BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-208, jul. 1997.

Dessa maneira, até recentemente “os arquivos pessoais, no campo da Arquivologia, têm ocupado um espaço de discussão teórico pouco privilegiado” (OLIVEIRA, 2010). Segundo Luciana Heymann, “[...] de maneira geral, os arquivos pessoais ocupam um lugar periférico nas análises interessadas na construção social dos arquivos [...]” (HEYMANN, 2013, p. 69). É possível perceber como a Arquivologia se mantém distante dos Arquivos Pessoais, no próprio Manual dos Arquivistas Holandeses<sup>7</sup>, conforme relatado por Terry Cook.

Agora reconhecemos certas limitações do pioneiro Manual holandês. Como observado, é primeiramente sobre arranjo e descrição, como é refletida no próprio título do livro; tem pouco a dizer sobre avaliação e seleção, tal como entendemos agora estes termos. É sobre registros públicos, ou empresas do governo, trata-se de registros governamentais, públicos ou corporativos e sua transferência ordenada para repositórios arquivísticos para preservar sua ordem e classificação originais; **isso descarta arquivos particulares e pessoais para a tutela de bibliotecários e bibliotecas**. Mais importante, o Manual é baseado na experiência dos autores tinham com número limitado de documentos medievais suscetíveis à cuidadosa análise diplomática ou com registros encontrados em registros departamentais bem organizados dentro de administrações estáveis. Tal experiência levou diretamente à suposição de que a "organização original do arquivo" na instituição criadora corresponderia "na sua estrutura principal à organização da administração que a produziu". (COOK, 1997, p. 21, tradução nossa e grifo nosso)

Dessa maneira, no Manual dos Arquivistas Holandeses, os próprios arquivos são definidos como sendo:

O conjunto de documentos escritos, desenhos e materiais impressos recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (MULLER; FEITH; FRUIN apud OLIVEIRA, 2010, p. 38)

Neste Manual, há sim de certa maneira um reconhecimento da existência de arquivos de pessoas. No entanto, estes documentos, devem estar de alguma forma vinculada às atividades comerciais desses indivíduos, conforme lembrado por Lucia Velloso de Oliveira:

Reconhecem, no entanto, que pessoas podem possuir arquivos, desde que estes sejam identificados com suas atividades de negócios. A título de exemplificação de tipos documentais que constituem esses arquivos de pessoas vinculadas às atividades comerciais, mencionam: "**diário, razão, cartas recebidas, cópias das cartas expedidas** (OLIVEIRA, 2010, p. 38, grifo nosso)

---

<sup>7</sup> O Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, ou como é comumente conhecido, o Manual dos Arquivistas Holandeses, foi criado em 1898, tendo sido produzido pela Associação dos Arquivistas Holandeses. Teve como autores três arquivistas holandeses: Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin. Este Manual possui diretrizes que ajudam a direcionar o trabalho dos arquivistas. E é um dos principais marcos teóricos da área de conhecimento da Arquivologia. Portanto, conforme lembrado por Clarissa Schmidt, o Manual dos Arquivistas Holandeses é considerado “a porta de entrada da Arquivologia no campo científico.” (SCHMIDT, 2012, p. 66)

Esses documentos não eram procurados em arquivos públicos. Pelo contrário, como não eram objeto de estudo e de interesse de atuação por parte dos arquivistas. Assim, as Bibliotecas e Museus ficaram designados sob a responsabilidade dos Arquivos pessoais. Conforme demonstrado por OLIVEIRA, os arquivos pessoais:

Referem-se às diversas formas de expressar o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa ou família no desempenho de suas atividades/funções em sociedade e ao longo de sua trajetória. Tradicionalmente, os arquivos pessoais foram custodiados em bibliotecas e museus, sendo muitas vezes referidos como "coleções", "manuscritos" ou mesmo "papéis pessoais" (OLIVEIRA, 2010, p. 33)

O motivo para essa ressalva, por parte dos arquivistas, em trabalhar com arquivos de pessoas, deve-se também ao entendimento de que se tratando de arquivos pessoais, há uma maioria no campo da Arquivologia, que compreende estes arquivos como coleções e não como arquivos. E, portanto, ao ser considerada uma coleção pode ser tratada item a item, ao contrário dos arquivos no qual o tratamento é dado pensando no conjunto documental. Havendo assim uma máxima de que se é uma coleção não se aplica conceitos arquivísticos.

No entanto, conforme nos mostra Ana Maria Camargo, apesar de serem entendidos em sua maioria como coleções, os arquivos pessoais representam um conjunto documental orgânico e somente adquirem sentido se trabalhados juntos.

Portanto, é necessário diferenciar Arquivos de Coleções. Essa diferença irá passar pela intencionalidade do produtor. Assim, é possível que um conjunto documental seja acumulado pelo produtor com a intenção de se reconstituir uma memória do indivíduo ali representado. Inferindo, na construção desse acervo pessoal a intenção do produtor ao guardar documentos que evidenciem seu passado, conforme demonstrado por Luciana Heymann:

[...] antecipado o olhar do pesquisador interessado nos vestígios do processo literário de criação, recolhendo todo material que permitisse apreender não somente a sua obra, mas igualmente o que era ser escritor em sua época. Assim, o menor objeto foi cuidadosamente incorporado ao arquivo doado, fosse ele um rascunho, uma carta, uma passagem de trem ou uma declaração de imposto. Cada um desses fragmentos na perspectiva do titular atestaria a vida do artista. (LAMBERT apud HEYMANN, 2013, p. 70)

Nesse trecho, Heymann discute sobre a intencionalidade de produção de um arquivo pessoal, já visando a posteridade na consulta desse conjunto por pesquisadores futuros, no momento de doação do acervo do escritor Alain Robbe Grillet, quando realizada “à transferência do seu acervo para uma instituição de memória ou para determinada instituição” (HEYMANN, 2013, p. 70).

Dessa maneira, é interessante para a dissociação entre arquivos e coleções entender a intencionalidade da sua produção, Heymann contribuiu assim de forma enriquecedora para essa discussão no seu artigo “Artigos Pessoais em Perspectivas Etnográficas” onde ressalta que:

Em uma parcela da documentação, observa-se um padrão distante daquele associado ao acúmulo progressivo e “natural” de registros que remetem a experiências de vida, ao desempenho de atividades e ao gesto intencional de guardar documentos que sirvam como evidências de um passado pessoal. (HEYMANN, 2013, p. 74)

Assim, uma coleção pode ser definida como um “conjunto de documentos, com características comuns, reunidos intencionalmente” (Dicionário de Terminologia Arquivística, 2005). Segundo Lúcia Velloso define:

O conceito de coleção, por sua vez, implica na reunião intencional de documentos sem a marca da produção natural e sem a explicitação da relação orgânica entre os documentos e entre as atividades que os geraram. A coleção pode ser inclusive temática. O tema de uma coleção pode ser uma pessoa ou uma família. A coleção constitui-se como uma obra do colecionador e é de responsabilidade somente do colecionador a reunião do conjunto desses documentos, que seguem os critérios determinados por suas escolhas. (OLIVEIRA, 2010, p. 33)

Portanto, é necessário identificar o produtor para se ter um arquivo, segundo OLIVEIRA:

Se não for possível identificar o produtor do arquivo e tampouco as conexões naturais entre os documentos, estamos diante de uma coleção. Um conjunto de documentos que foi reunido sobre um tema, uma pessoa, uma família etc, em decorrência de um processo artificial de coleta efetuado por um colecionador. (OLIVEIRA, 2010, p.38)

A realidade hoje é que os Arquivos Pessoais são objeto de estudo e interesse de profissionais de diversas áreas do conhecimento, como a História, a Antropologia e a Museologia, por exemplo. Além dos próprios profissionais e estudantes de Arquivologia que a cada vez mais demonstram interesse pelos Arquivos Pessoais.

Esses documentos evidenciam memórias individuais dos seus titulares e refletem também contextos sociais aos quais estão inseridos, permitindo-se observar memórias coletivas mesmo que através de vestígios desses arquivos. Tendo por essa razão, o motivo de se guardar Arquivos Pessoais.

### 2.3 ARQUIVOS PESSOAIS E MEMÓRIA

Os arquivos pessoais tornaram-se objeto de estudo e preocupação de outros profissionais da área do conhecimento, como dos historiadores, por exemplo, que muito contribuíram para a sua preservação. Graças ao interesse que tinham sobre esses documentos e principalmente com o objetivo de acessar a memória que se encontra resguardadas nesses arquivos. Podemos entender, portanto aqui a memória como sendo:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (JAQUES LE GOFF, 1990, p. 366)

Exemplificando o interesse dos historiadores sobre os arquivos pessoais, é possível observar, por exemplo, como na literatura arquivística Francesa, ocorreu a inserção dos arquivos privados no cenário arquivístico. Ocorrendo por volta de meados do século XIX, por conta principalmente do seu interesse histórico (OLIVEIRA, 2010, p. 26).

Dessa maneira, se evidencia o interesse público sobre os arquivos pessoais, e as memórias individuais e coletivas representadas nos registros desses documentos.

Nessas reivindicações, seja pelo esquecimento, seja pelo direito à memória, os arquivos aparecem como capazes não de ressuscitar o passado, mas de permitir esclarecê-lo, iluminá-lo, colocar o presente em perspectiva. Se há uma demanda específica dos indivíduos pelos arquivos que dizem respeito à sua pessoa (prontuários, fichas, etc), algo que é ressentido como sua “memória individual”, que lhes permita reatar com o seu passado, esse mesmo material, sedimentos da história, integram, também, aquilo que Halbwachs<sup>8</sup> denominou de “Memória Coletiva”. **Os arquivos encontram-se portanto na encruzilhada do individual com o coletivo e , sob esse aspecto, dizem respeito a todos nós** (RODRIGUES, 2009, p. 145, grifo nosso)

Conforme é lembrado por Oliveira (2010, p.33) “Observamos que os arquivos pessoais e familiares passaram a se destacar quando entendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido o seu valor para o estudo histórico e como registro da memória da nação”. Logo, os historiadores, no contexto da literatura arquivística francesa, compreendiam que o reconhecimento dos arquivos privados (pessoais ou familiares) são fontes para a História de uma nação.

---

<sup>8</sup> HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva e memória individual**. In: A memória Coletiva. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais, 1990.

Sendo essencial para os historiadores desenvolver o seu trabalho de investigação histórica através da consulta também aos arquivos pessoais, de maneira que estes, não sejam dispersos, realizando um trabalho de recuperação da memória (NOUGARET apud OLIVEIRA, 2010, p.27).

Dessa maneira, “[...] o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios” (JACQUES LE GOFF, 1990, p. 366), o que pode ser aplicado também ao trabalho de investigação histórico sobre resquícios de memória presentes nos arquivos pessoais, recuperando assim, “[...] onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a História” (FUSTEL DE COULANGES apud JACQUES LE GOFF, 1990, p. 465).

Logo, os arquivos pessoais relacionam apresentando-se como formas de testemunho, seja representam o indivíduo titular desse arquivo, refletindo aspectos sociais e culturais. Essa noção de que os arquivos pessoais são entendidos como “provas de mim”, ou seja, com valor probatório e de testemunho, foi muito bem trabalhado por Sue McKemmish em seu artigo “Evidences of me...” (McKemmish, 1996).

[...] explorar a natureza dos registros pessoais e as injunções sociais ligadas ao papel que desempenham em nossas formas de testemunhar e memorializar não só as vidas individuais, mas também a vida coletiva e a identidade cultural da sociedade. [...] reconhecer as forças sociais promotoras dos registros pessoais, os quais exemplificam o impulso humano fundamental de dar testemunho, o ato instintivo de fazer o próprio relato. (MCKEMMISH, 2010, p. 18)

Nesse sentido, na concepção de Sue McKemmish (2010), os arquivos pessoais enquanto registros de “provas de mim” se referem como nossas vidas e por isso são individual e coletivamente testemunhos memorializados.

[...] a vinculação entre memória individual e a coletiva – inclui-se nisso o papel dos registros pessoais na recuperação da memória coletiva e o papel que os arquivistas podem desempenhar para tornar um arquivo pessoal, definido em sentido amplo, acessível como memória coletiva (MCKEMMISH, 2010, p. 34)

Tratam-se assim os arquivos pessoais de “albergues da memória, uma memória dotada de singularidade”. (JOANA ESCOBEDO apud CAMPOS, 2014, p. 87). Ou seja, estes registros pessoais representam um tipo particular de testemunho.

Os registros, sob qualquer forma, nos oferecem, em primeiro lugar, testemunhos de nossas interações com os outros, no contexto de nossas próprias vidas e do lugar que ocupamos nas deles “**são provas de “nossa existência, de nossas atividades e experiências”**”. Fabricamos e guardamos os registros que compõem um arquivo pessoal para assegurarmos nosso lugar no presente e no futuro. (MCKEMMISH, 2010, p. 24, grifo nosso)



Outro autor que expressou a relação existente entre arquivos e a preservação da memória, considerando as construções de contextos sociais, foi José Francisco Guelfi Campos (2014), compreendendo que os documentos contribuem para a base da História nacional e para o senso de comunidade.

A questão interessa não apenas àqueles que transitam no meio acadêmico: suscita também a atenção da sociedade como um todo, de modo que os Estados, grupos sociais, minorias (étnicas, raciais, sexuais), escolas, agremiações, associações, entidades políticas e empresas têm atuado de maneira cada vez mais efetiva no desenvolvimento de iniciativas de preservação e difusão de suas memórias. Para tanto, valem-se [...] da construção de monumentos, memoriais, museus, centros de memória ou de documentação [...] (CAMPOS, 2014, p. 80)

É visível a relação entre arquivos e memória, valendo destacar nessa vinculação a presença dos arquivos pessoais. E para tanto, torna-se essencial nesse processo a participação dos profissionais arquivistas. Por mais que seja um desafio para os arquivistas “Identificar as conexões entre os documentos e o que representam preservá-los de forma que seu sentido inicial, referido em sua produção, seja mantido e tornar acessíveis esses acervos aos mais diferentes usuários” (OLIVEIRA, 2010, p. 41). Logo, o seu trabalho faz-se necessário.

Os arquivistas se preocupam com a natureza, os propósitos e as funcionalidades de uma forma particular de registros de informações, os índices documentais da atividade social e organizacional, que são acumulados e gerenciados em processos de registro e arquivamento [...] A produção e a manutenção de registros pessoais é um tipo de construção testemunhal e memorial, um modo particular de comprovar e memorializar nossas vidas individuais e coletivas – “nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso ‘lugar’ no mundo”. (MCKEMMISH, 2010, p. 23)

Podemos dizer que os arquivistas têm um papel auxiliar na concepção de “provas de mim” transformando-se em “provas de nós” (MCKEMMISH, 2010, p. 31). Assegurando que documentos pessoais sejam incorporados em arquivos sociais, constituindo parte de uma memória coletiva. Representando o pertencimento a uma sociedade e reconhecimento de sua identidade cultural.

### 3. A RELAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ARQUIVOS PESSOAIS

Para se compreender melhor como os arquivos pessoais, podem de fato ser considerados arquivos e, por conseguinte ser também objeto de estudo do campo da Arquivologia, se torna imprescindível apresentar aqui os princípios arquivísticos, enquanto norteadores do conhecimento científico da área. Posteriormente busca-se discutir as dificuldades de se adequar os conceitos arquivísticos para os arquivos pessoais, uma vez que, que foram criados originalmente voltados para os documentos institucionais. Portanto, dentre os principais conceitos arquivísticos, destacamos: o princípio da proveniência, o princípio de respeito aos fundos e o princípio de respeito à ordem original.

#### 3.1 QUAIS SÃO OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS

Conforme posicionado por Ana Maria de Almeida Camargo (1997), arquivos pessoais são arquivos. E para tanto, consideramos ser fundamental compreender o que são os documentos de arquivo e as características que envolvem esses registros arquivísticos.

Utilizamos aqui a definição dada no manual arquivístico de Mariana Leite Paes (1997, p. 26) onde a autora, considera o documento de arquivo como “1. aquele que é produzido e/ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitua elemento de prova ou de informação. 2. Aquele produzido e/ou recebido por pessoa física no decurso de sua existência”.

Com relação às características que envolvem esses documentos, segundo Luciana Duranti (1994), os registros documentais arquivísticos devem ser compostos de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade dos documentos.<sup>9</sup>

Isto é, para que sejam imparciais, os documentos não devem ser destruídos ou manipulados de maneira ilegítima (DURANTI, 1994, p. 51). Assim como, para manterem-se autênticos, os documentos devem ser criados, mantidos e conservados sob custódia, com controle legítimo e contínuo, onde seja possível comprovar seus procedimentos de conservação (DURANTI, 1994, p. 51). Ademais, os documentos arquivísticos devem ser acumulados naturalmente, ou seja, de acordo com o curso de suas transações e necessidades (DURANTI, 1994, p. 52).

---

<sup>9</sup> Essas características também são inerentes aos Arquivos Pessoais. Noção essa melhor desenvolvida por Lucia Maria Velloso de Oliveira em sua tese de doutorado (2010 p. 67-70).

Também devendo estar inter-relacionados esses documentos, ou seja, estabelecem relações entre si, seja no momento da sua produção, recebimento ou de uso (DURANTI, 1994, p. 52). Por fim, é característico a esses documentos serem providos de unicidade, ou seja, cada documento é único na estrutura ao qual pertence, mesmo quando cópia<sup>10</sup> é um registro único em seu lugar (DURANTI, 1994, p. 52).

Para tanto, conforme defendido por Luciana Duranti (1994, p. 51), os arquivistas estão incumbidos de proteger a integridade dos documentos arquivísticos, uma vez que “os registros documentais atestam ações e transações, e sua veracidade depende das circunstâncias de sua criação e preservação”. Dessa maneira ao assegurar a preservação dessas características nos documentos arquivísticos os profissionais de arquivo permitem ser alcançada uma informação íntegra (DURANTI, 1994, p. 52). Podendo compreender um passado seja imediato ou histórico, para finalidades administrativas ou culturais.

Nesse sentido, ao se manter as características de um documento de Arquivo, é interessante a aplicação dos conceitos teóricos da área. Consideramos aqui alguns dos princípios arquivísticos como: ordem original dos documentos, princípio da proveniência, respeito aos fundos, princípio da territorialidade<sup>11</sup>, princípio da pertinência<sup>12</sup>, princípio da reversibilidade<sup>13</sup>, princípio da universalidade<sup>14</sup> e o princípio da organicidade<sup>15</sup>.

---

<sup>10</sup> Compreende-se como “a reprodução de um documento, obtida simultaneamente à execução do original. Ou como, a reprodução de um documento, obtida a partir do original” (PAES, 1997, p. 25).

<sup>11</sup> Apresentado no DIBRATE como o conceito de proveniência territorial onde se trata de um “Conceito derivado do princípio da proveniência e segundo o qual arquivos deveriam ser conservados em serviços de arquivo do território no qual foram produzidos, excetuados os documentos elaborados pelas representações diplomáticas ou resultantes de operações militares” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141).

<sup>12</sup> Segundo o dicionário de terminologia arquivístico se trata do “princípio segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original. Também chamado princípio temático” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141). Conforme relatado no próprio DIBRATE (2005, p. 16) é um conceito atualmente não mais utilizado, porém é válido conhecê-lo, justamente para demonstrar a evolução do campo da Arquivologia. Uma vez que o indicado hoje é justamente os documentos arquivísticos serem classificados de acordo com a função que cumprem e não por assunto, apesar de muitas vezes ser a opção escolhidas por algumas instituições. Além de também ser indicado respeitar-se a ordem original desses documentos e o contexto de sua criação.

<sup>13</sup> “Princípio segundo o qual todo procedimento ou tratamento empreendido em arquivos pode ser revertido, se necessário” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136).

<sup>14</sup> “Princípio que exige que o arquivista apreenda, compreenda, estruture, classifique, arrume e descreva a informação orgânica e registrada de forma global antes de passar a outra etapa mais pormenorizada. Este princípio atinge a sua justa medida naquilo a que se convencionou chamar a abordagem do geral para o particular, onde as unidades de trabalho se integram umas nas outras como mesinhas de encaixar ou bonecas russas” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 296).

<sup>15</sup> “Relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 127). Em outras palavras, trata-se de entender o arquivo como um todo orgânico, onde as informações são recuperadas dentro de um contexto organizacional.

Dessa maneira é importante conhecê-los, por permitirem entender o funcionamento desse campo do conhecimento e o próprio fazer arquivístico. Além de conceitos essenciais como a teoria das três idades dos arquivos<sup>16</sup>, as próprias funções arquivísticas<sup>17</sup> e a gestão de documentos<sup>18</sup>, que não cabem aqui ser aprofundadas, por não se tratar do objeto de estudo dessa pesquisa. No entanto, para quem busca compreender melhor como se desenvolve o trabalho arquivístico, vale um maior contato, por se tratarem também de conceitos teóricos fundamentais da área.

Nesse trabalho, iremos apresentar de maneira mais detalhada três princípios: respeito aos fundos, ordem original e proveniência, enquanto conceitos basilares do campo arquivístico.

O princípio de respeito aos fundos foi publicado em 1841, pelo historiador e arquivista francês Natalis Du Wailly, então chefe da seção administrativa dos arquivos departamentais do ministério do interior, ao sugerir a emissão de uma circular determinando que os documentos fossem reunidos por fundos, ou seja, pelos seus órgãos de origem (FONSECA, 2005, p.42). Dessa forma a circular dispunha no seu escopo que deveria:

[...] agregar os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (documentos) provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo e dispor segundo uma determinada ordem os diferentes fundos [...] (WAILLY apud SOUZA, 2003, p.249).

Logo, este princípio trata-se de um conceito que parte do campo teórico da Arquivologia, se propõe identificar o produtor e conhecer o contexto de criação do documento. No entanto, “a formulação do princípio de respeito aos fundos não é resultado de um único momento, nem acontece num único lugar” (MARTIN – POZUELO, apud FONSECA, 2005, p. 42).

---

<sup>16</sup> “Teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e identificação de seus valores primários e valores secundários.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 160). Esta teoria relaciona-se com o conceito de ciclo vital dos documentos onde existe “sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, sua produção à guarda permanente ou eliminação” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 47). Na fase corrente há uma consulta frequente a esses documentos, tendo um valor primário para sua criação, na fase intermediária essa consulta é menor, não necessitando manter a sua guarda próxima ao seu ambiente de criação, podendo ser armazenada em local separado, visa-se nessa fase também manter sua guarda por conta do valor secundário desses documentos. Na fase permanente essa documentação é armazenada em espaço adequado para sua guarda, considerando os calores probatórios, informativo e/ou históricos que venham a ter e auxiliarão na formação da memória organizacional.

<sup>17</sup> As funções arquivísticas são as de criação, avaliação, aquisição, classificação, difusão/acesso e preservação. Ver: Couture e Rousseau, 1998.

<sup>18</sup> “Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento. Também chamado administração de documentos.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 100).

Mesmo promulgado em 1841, este princípio foi aplicado anteriormente em diversos países<sup>19</sup>, como Holanda, Itália, Alemanha, França, Dinamarca, entre outros, até ser consagrado enquanto princípio, em 1964, em Paris, no Conselho Internacional de Arquivos (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p. 34), tornando-se assim um dos conceitos básicos do campo do conhecimento arquivístico (RONDINELLI, 2005, p.41).

Nesse mesmo congresso a noção de respeito aos fundos funde-se a ideia de proveniência, que busca identificar o produtor do documento, seja ele instituição ou pessoa física ou jurídica. Conforme definição dada no dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Trata-se de um “princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136).

**Reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos** . Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família [...]. Se, em lugar desse método fundamentado, por assim dizer, na natureza das coisas, se propõe uma ordenação teórica, os arquivos cairão numa desordem difícil de remediar [...]. Em qualquer outra classificação que não seja por fundos corre-se o grande risco de não se saber onde encontrar um documento. (WAILLY apud FONSECA, 2005, p. 42, grifo nosso).

Portanto, de maneira semelhante, ao conceito de proveniência, onde se determina que os fundos de produtores diferentes não sejam mesclados, respeitando-se a organização documental original. Relacionando-se assim ao conceito de ordem original, de acordo com o Manual dos Holandeses, relaciona-se com “o sistema de arranjo que deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização original do órgão administrativo que o produziu.” (Associação dos Arquivistas Holandeses, 1975, p. 44). Em outras palavras, condiz em se ter a consciência de no momento de se ordenar uma documentação, manter a ordem original dada pelo produtor do arquivo. Segundo Belloto e Camargo (1996) pode ser entendido como “o princípio que leva em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos, garantindo sua organicidade”.

Ressaltamos aqui a proximidade entre os conceitos de proveniência, ordem original e respeito aos fundos, segundo Martin-Pozuelo (1998, p. 150) ao considerar “o conceito da ordem natural dos documentos como uma extensão do respeito à proveniência dos fundos, e, ambos, os postulados fundamentais do princípio arquivístico da proveniência”.

---

<sup>19</sup> Ver Sousa (2003, p. 248-250).

Destacamos esses conceitos, pois são essencialmente arquivísticos, os entendemos como princípios norteadores da Arquivologia. Além de se chamar a atenção para a necessidade de uma maior reflexão sua aos arquivos pessoais. O que garante a estabilidade nos arquivos e a possibilidade de tratá-los de forma científica, usando os princípios arquivísticos.

### 3.2 CONCEITOS ARQUIVÍSTICOS EM ARQUIVOS PESSOAIS

Em síntese, conforme demonstrado acima, os princípios teóricos arquivísticos, quando criados não estavam preocupados especificamente com os arquivos pessoais, ou seja, originalmente, foram pensados na sua aplicação em instituições e em documentos majoritariamente públicos. Vale ressaltar também que nessa época os documentos de pessoas, não eram objeto específico de estudos e trabalho dos arquivistas. Sendo estes responsabilidades das bibliotecas e museus.

**Nesse sentido, por muito tempo os arquivistas somente reconheceram como típicos de arquivo os documentos produzidos no âmbito corporativo (*institucional*). Em um processo contínuo e sem crítica, o discurso que justifica e conceitua o arquivo, em sua própria construção, ao utilizar termos mais identificados com a administração, **exclui a visibilidade dos arquivos pessoais no quadro conceitual.** (OLIVEIRA, 2010, p. 37, grifo nosso)**

Conforme era apontada pelo manual dos arquivistas holandeses, no qual definia arquivos, visando apenas documentos organizacionais, relegando os arquivos pessoais a bibliotecas.

Arquivo é o conjunto e documentos escritos, desenhos e material impresso recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia deste órgão ou funcionário (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES apud FONSECA, 2005, p. 52)

Dessa forma evidencia-se parte do Manual dos Arquivistas Holandeses uma posição conceitual que não reconhece os arquivos pessoais, como parte das preocupações arquivísticas.

Os órgãos administrativos e os empregados de entidades privadas também podem originar um arquivo. [...] No entanto, não abrangem o exposto os chamados “arquivos de família”.<sup>20</sup> Constituem estes, por via de regra, um aglomerado de papéis e escritos, que os vários membros de determinada família [...] reuniram e conservaram. **Os documentos de um arquivo de família não formam “um todo”; foram não raro agrupados segundo os mais estranhos critérios e falta-lhes conexão orgânica de um arquivo** no sentido em que o define o presente Manual. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES apud FONSECA, 2005, p.53)

<sup>20</sup> Entendemos aqui os Arquivos de Família também como Arquivos Pessoais, uma vez que são os documentos privados produzidos e acumulados por pessoas no decorrer de suas atividades.

Logo, há divergências na atuação dos arquivistas sobre os arquivos pessoais, muito por conta de atuarem, tradicionalmente a Arquivologia com documentos institucionais e preferencialmente em arquivos públicos. Logo o tratamento de arquivos pessoais pode ser considerado um dos desafios para área. Dessa forma, ainda hoje, existem profissionais no campo da Arquivologia que não consideram arquivos pessoais como arquivos. Ao “considerar-se como arquivo somente os documentos produzidos por uma instituição, não por uma pessoa física ou por famílias” (LODOLINI apud FONSECA, 2005, p. 52).

O que conseqüentemente, acaba tangenciando a um “lugar obscuro” sendo ocupado pelos arquivos pessoais na Arquivologia. Conforme demonstrado por Lucia Maria Velloso de Oliveira (2010) ao discutir o interesse pelos arquivos pessoais, ao longo dos anos, por parte do escopo teórico da Arquivologia.

Como conseqüência desse processo histórico, outra hipótese sobre **o lugar obscuro dos arquivos pessoais na literatura da área baseia-se na própria formação profissional dos teóricos da Arquivologia, que usualmente são oriundos de uma vivência no âmbito dos arquivos públicos.** De acordo com essa hipótese, suas formulações teóricas estariam direcionadas à realidade de produção, gestão, preservação e acesso dos documentos públicos e, **portanto, não consideravam os arquivos pessoais.** (OLIVEIRA, 2010, p. 34, grifo nosso)

Entendemos que o trabalho com arquivos pessoais mostra-se de maneira complexa, já que nem todos os princípios conseguem ser facilmente e igualmente aplicados entre arquivos institucionais e arquivos pessoais. Segundo Terry Cook (1997, p. 130) “entre esses dois tipos de arquivos, o público e o pessoal, o oficial e o individual, existe em muitos países uma divisão incômoda ou mesmo uma tensão”. Há uma dificuldade em se trabalhar com a possibilidade de se estabelecer uma possível estrutura conceitual comum, tanto para arquivos institucionais quanto para arquivos pessoais, de forma arquivística.<sup>21</sup>

O motivo disso respalda-se na falta de conceitos teóricos arquivísticos diretamente formulados para os arquivos pessoais, por conta da resistência longínqua por parte de profissionais desta área em se trabalhar com arquivos de pessoas, evitando-se por muito tempo discussões teóricas sobre esse tema. Reflete-se em uma complexidade que é expressa nos desafios metodológicos ao aplicar a teoria arquivística nos arquivos pessoais, conforme lembrado por Letícia Borges Nedel:

---

<sup>21</sup> Ideia debatida na Revista Estudos Históricos (1998). Onde ao longo de 13 artigos discutem-se percepções voltadas especificamente nas relações conceituais e empíricas estabelecidas com os Arquivos Pessoais. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/287>>

**Ao remeter à ideia de deslocamento entre os universos doméstico e institucional, a designação de certa forma ambivalente dos arquivos pessoais já sinaliza o caráter problemático de seu estudo historiográfico, arquivístico e patrimonial.** Sua inscrição entre dois mundos anima aproximações contraditórias, **sustenta interesses múltiplos**, alimenta uma circularidade nem sempre consentida entre as experiências metodológicas da pesquisa, os investimentos comerciais de editores e a curiosidade do público sobre os bastidores da atuação de personalidades públicas. **Inversamente, a natureza equívoca desses conjuntos contribui para que dentro da reflexão arquivística eles ainda ocupem um lugar periférico, que se reflete na escassez de literatura específica sobre o tema e nas incertezas metodológicas quanto ao tratamento desse tipo de material.** (NEDEL, 2010, 131, grifo nosso)

Logo, os arquivos pessoais envolvem diversos dilemas e questionamentos, como a melhor forma de estabelecer seu tratamento metodológico, como adequar os princípios arquivísticos criados para os arquivos institucionais agora voltados para os arquivos pessoais. Além da divergência conceitual entre arquivos pessoais e coleções. Assim, nos arquivos pessoais, diferente do que ocorre nas instituições públicas e privadas, quanto à estrutura organizacional, destaca-se a não existência de um organograma que disponha de forma hierárquica as atividades desenvolvidas cotidianamente pelo indivíduo.

Sem instrumentos de gestão organizacional como organogramas, regimentos, estatutos, portarias, instruções normativas etc. que facilitam a reconstrução da história administrativa de uma organização ou instituição, o arquivista deverá, da mesma forma, recompor a história do titular do arquivo, de sua rede de relacionamentos e de seus interesses, em busca da contextualização do arquivo objeto de seu estudo. (OLIVEIRA, 2010, p. 41).

Dessa maneira, faz-se necessário compreender que “somente com a percepção de que o documento de arquivo pode ser utilizado para outro fim, diferente daquele que lhe deu origem” é que estes conjuntos pessoais “podem ser entendidos como arquivísticos” (OLIVEIRA, 2010, p. 38).

Logo, os documentos de indivíduos assim como os institucionais adquirem um valor primário relacionado à sua criação e utilização. Dessa forma “a produção do documento arquivístico está estabelecida pelo seu valor primário<sup>22</sup>, um valor que lhe é nato, aquele que explicita a causa de sua produção, que comprova o ato ou a atividade geradora do próprio documento” (OLIVEIRA, 2010, p.36). É possível observar que mesmo os arquivos pessoais cumprem uma função na sua produção, e ao serem documentos permanentes, deixam de ter somente o valor primeiro, assumindo o que nas palavras de Priscila Fraiz (1998, p. 62) pode se entender como valor informativo: “uma característica essencial dos arquivos pessoais

---

<sup>22</sup> O valor primário dos documentos é o conceito onde se destaca que o documento é criado por uma razão primária. Enquanto no valor secundário, entende-se que o documento pode vir a ter uma finalidade diferente do que a sua criação. Pode ter um novo uso informacional ou evidencial. Para melhor entendimento sobre essa discussão, ver o livro “Arquivos modernos: princípios e técnicas” de autoria de Theodore Roosevelt Schelleberg (1957).



reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos”. Ademais, é necessário entender que esse valor primário relacionado ao motivo de criação de um documento permanece, mesmo quando assume um valor secundário, nesse sentido de valor informacional<sup>23</sup>.

Uma certidão de casamento só poderá ser utilizada para fins de comprovação do enlace civil do casal enquanto o casamento perdurar, no entanto sempre será o documento que expressa o registro da união civil do casal. Inúmeras são as interpretações e os usos desses registros. Os cardápios podem ser utilizados para o estudo da culinária em um determinado período histórico; as cartas de amor, para a análise das relações amorosas; os contratos de negócios, para estudo das relações comerciais entre empresas de um determinado segmento da economia; etc. (OLIVEIRA, 2010, p.40)

Dessa forma, de acordo com Oliveira (2010, p.40), o documento arquivístico sempre servirá como prova das ações que lhes deram origem. Esta característica lhe é nata; e em alguns casos, o se modifica são os usos. Em outras palavras, “[...] o desdobramento decorrente do valor secundário da documentação não apaga a motivação da produção dos documentos”. (OLIVEIRA, 2010, p.40).

O valor de prova legal, característica essencial dos documentos públicos, perde esse sentido estrito para os papéis privados. Mas se alargarmos esse conceito, também podemos dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova. Essa maneira atesta, por exemplo, a dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais as intenções e os sentidos emprestados pelo titular do arquivo relativos ao uso dos documentos acumulados. (FRAIZ, 1998, p.62)

Portanto, entendemos que diferentemente do que era apontado inicialmente no manual dos arquivistas holandeses, enquanto marco teórico inicial do campo da Arquivologia, relegando o trabalho dos arquivos pessoais a bibliotecas. O que posteriormente ocasionou um lugar periférico<sup>24</sup> aos arquivos pessoais relacionado aos conceitos arquivísticos. Após paulatinamente, reconhecer-se a importância desses conjuntos pessoais enquanto fontes de conhecimento. Enxerga-se esse reconhecimento já na definição de arquivos dada por Eugênio Casanova<sup>25</sup> (1928), e na literatura nacional onde podemos encontrá-la também na definição de arquivo dada pelo Dicionário brasileiro de Terminologia (2005, p. 27), onde se considera “o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou

<sup>23</sup> “Valor informacional é a capacidade do documento de fornecer informação sobre pessoas, coisas, fenômenos e outros assuntos de interesse para pesquisa” (EASTWOOD apud OLIVEIRA, 2010, p. 39).

<sup>24</sup> Para melhor entendimento, ver Luciana Heymann (2013, p. 69).

<sup>25</sup> “O arquivo é a acumulação ordenada dos documentos de uma instituição ou indivíduo, constituída no curso de sua atividade e conservada para a consecução dos objetivos políticos, legais e culturais daquela instituição ou indivíduo” (CASANOVA apud CAMPOS, 2012, p. 3).

privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.

### 3.3 A ORGANICIDADE E OS ARQUIVOS PESSOAIS

Compreendemos o posicionamento mostrado no Manual dos Arquivistas Holandeses, ao elucidarem sobre a falta de conexão orgânica nos conjuntos documentais de pessoas. Onde de fato encontramos particularidades em um acervo pessoal, em alguns casos, é possível perceber informações difíceis de contextualizar, causadas por uma organização que não facilite a visualização do todo documental ou por muitas vezes pela falta de documentos que permitam enxergar essa totalidade. No entanto, acreditamos que os arquivos pessoais podem sim ser dotados de um caráter orgânico<sup>26</sup>. Uma vez que esses documentos em seu conjunto sejam inter-relacionados entre si, permitindo-se compreender seu sentido lógico.

Para tanto, esses documentos pessoais tem que estar relacionados à atividade do seu produtor. Onde, ao observar o seu conjunto, possamos compreender o cotidiano do seu ofício, no decorrer de suas funções, suas reflexões e o caminho que permeia ao produzir o fruto da sua atividade.

Seguindo essa ideia, podemos pensar que também se vale aplicar aos arquivos pessoais a concepção de que é “[...] a organicidade quem expressa às relações que os documentos arquivísticos têm entre eles próprios, as funções orgânicas que os criaram e seus produtores” (RANGEL, 2015, p.87). Entendemos aqui que a organicidade não é uma característica exclusiva aos arquivos administrativos e organizacionais, esta também pode ser observada nos arquivos pessoais e que sejam de fato orgânicos.<sup>27</sup>

[a organicidade é um] conceito muito caro aos arquivistas, mas que [os arquivistas] têm tido dificuldade em definir de forma clara e estável, tendo cometido um equívoco: confundir orgânico com administrativo, de onde resulta considerar a organicidade propriedade exclusiva de entidades dotadas de aparelho jurídico-administrativo ou burocrático. Trata-se de um conceito fundamental [...]. (SILVA apud RANGEL, 2015, p.12)

Da mesma maneira, concordamos com a visão de que os documentos arquivísticos são um “todo orgânico que não deve ser desmembrado” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p 33).

<sup>26</sup> Trata-se do “que liga o documento aos outros do mesmo conjunto. Um documento, destacado do seu conjunto, do todo ao que pertence, significa muito menos do que quando em conjunto. (PAES, 2004, p. 20).

<sup>27</sup> De acordo com o Manual dos Arquivistas Holandeses (1973, p. 56), a ideia de um conjunto documental arquivístico ser um todo orgânico significa dizer que existe um “esqueleto do arquivo” no qual funciona um “organismo vivo que cresce se forma e sofre transformações” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 18).

Logo os arquivos pessoais para que sejam de fato arquivísticos também devem respeitar essa concepção, respeitando-se os seus princípios. Portanto, para que haja organicidade é necessária que seja mantida a ordem original dada pelo produtor, assim como o respeito ao fundo desse arquivo, compreendendo o seu contexto de produção.

**Manter a ordem original é preservar essa ligação orgânica** que os documentos têm e representam da missão, das funções, das atividades e das tarefas. A intervenção do arquivista está em identificar essa cadeia e organizar os documentos a partir dela. Isso exige, sem sombra de dúvida, de um significativo esforço de pesquisa, mas **garante a integridade dessa característica (organicidade), que diferencia o documento arquivístico de todos os outros tipos.** (RANGEL apud SOUZA, 2015, p. 86, grifo nosso).

Portanto, para que se mantenha a organicidade em um arquivo é necessário que tenham o “atributo de um acervo documental decorrente da existência de relação orgânica entre seus documentos. Essencial para que um determinado conjunto de documentos seja considerado um arquivo” (CONARQ, 2014, p. 28). Logo, essa é uma característica que também pode ser encontrada nos arquivos pessoais, desde que tenham caráter orgânico.

O arquivo é um todo orgânico, que se veio criando durante certo período de tempo e não algo feito mais tarde, em determinada data fixa. Ao se preencherem as suas lacunas com cópias modernas de documentos, que talvez lhe pertencessem, produz-se compilação que não foi originada organicamente, mas, sim, reunida de maneira artificial. Ao fazê-lo, colocam-se no arquivo papéis recentes que não lhes eram próprios e aos quais falta o caráter de autenticidade das peças originais. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 117)

Nesse capítulo visamos elucidar sobre a concepção dos princípios norteadores da área da Arquivologia, compreendo seus contextos de criação. Da mesma maneira, mostramos que os arquivos pessoais foram relegados ao interesse e cuidados de outros profissionais, como bibliotecários, historiadores e museólogos. Enquanto conceitualmente, os conjuntos documentais de pessoas foram direcionados para uma zona de penumbra no campo arquivístico. Interesse hoje recobrado pelos arquivistas, mesmo que não em sua totalidade.

Portanto, essa concepção de compreender os documentos pessoais como arquivos é resultado de um processo duradouro e ainda existente, uma vez que existem particularidades nos acervos pessoais que necessitam ser pensadas por arquivistas como atendê-las dentro dos princípios arquivísticos. Validando-se aí o motivo da reflexão entre esses conceitos e os arquivos pessoais, observando-se a organicidade envolvida nesses conjuntos, como uma das características principais, para que possamos identificá-los enquanto arquivos de fato.

## 4. MUSEU COM ARQUIVOS PESSOAIS

### 4.1 O CONTEXTO DOS ARQUIVOS PESSOAIS EM MUSEUS

Compreendemos que museus e arquivos, são instituições distintas, com finalidades diferentes. No entanto, ao refletir sobre a existência dos arquivos pessoais, ambas instituições acabam assumindo uma posição próxima enquanto lugares de memória e possíveis custodiadoras para acervos de pessoas. Dessa maneira, achamos interessante diferenciar primeiramente essas duas instituições de guarda documental.

Através de uma perspectiva museológica, condiz dizer que “o termo museu tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio [...]” (CONCEITOS CHAVE DE MUSEOLOGIA, 2013, p.65). Logo, o museu pode ser compreendido como “uma instituição de interesse público, criada com a finalidade de conservar, estudar e colocar à disposição do público conjuntos de peças e objetos de valor cultural” (PAES, 2004, p.16). Prevalendo no meio museal o seguinte conceito:

A definição profissional de museu mais conhecida atualmente continua sendo a que se encontra nos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM), de 2007: “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (CONCEITOS CHAVE DE MUSEOLOGIA, 2013, p.65).

Entretanto, o arquivo enquanto local de guarda documental pode ser entendido como “Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso aos documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 26). Dessa maneira, na concepção dada no manual de Marilena Leite Paes (2004, p. 16), podemos entender o arquivo como o local de “acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria, textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro”. Portanto, superficialmente, podemos dizer que essas duas instituições de guarda distinguem-se na sua finalidade, onde essencialmente nos museus é cultural e nos arquivos é funcional.

Apesar de arquivos e museus serem possíveis locais de guarda para acervos pessoais entendemos que os museus hoje armazenam uma quantidade significativa desses arquivos pessoais custodiados no Brasil. Percepção essa expressa na pesquisa de Renato Venâncio (2016, Comunicação Verbal), onde, o mesmo, afirma que 95% dos museus abrigam arquivos pessoais.

Segundo sugere em sua pesquisa, “Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem”, os museus atualmente superam os arquivos públicos em relação à custódia de arquivos pessoais e coleções, buscando a preservação da memória para posteridade (VENÂNCIO, 2016). Ressaltando uma prevalência nas instituições museológicas enquanto custodiadoras desses conjuntos pessoais, uma vez, que os arquivos públicos, em sua esfera municipal, estadual ou nacional, estão mais direcionados receber e a tratar os documentos da administração pública do país. Mesmo que contenham em sua guarda arquivos pessoais de personalidades reconhecidas para História do Brasil.

Nesse sentido, agindo com fomento cultural, enxergamos os arquivos pessoais sendo dotados de um interesse público social<sup>28</sup>. Aos quais tais documentos, respectivos da vida privada dos indivíduos, mesmo que reflitam o decorrer das atividades do seu produtor e, portanto, venham a despertar uma curiosidade pública<sup>29</sup>, é necessário que se compreenda que ainda assim são documentos particulares. De maneira à sempre existir uma “tênue fronteira entre o ‘oficial’ e o ‘privado’” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 13).

Logo, ao refletir sobre os arquivos pessoais, além das questões metodológicas e conceituadas já debatidas anteriormente nesse trabalho. É importante compreender que questões relativas ao direito da intimidade versus o direito a informação, ainda se fazem presentes, onde para decidir qual prevalece é necessário observar os seus contextos.

Nesse âmbito, podemos então, afirmar, que os museus podem se categorizar como lugares de memória, uma vez que são espaços onde ela se cristaliza. Podendo “ser encontrado em museus: arquivos, e [...] coleções [...]” (LEITE, 2014, p.42). Logo, as instituições museológicas, assim como os centros de memória, “cumprem o dever de devolver à sociedade uma memória engendrada na organização e que não deixe de ser também uma memória social, objetivo partilhado, ao menos no discurso, pelos arquivos e demais instituições encarregadas da preservação de documentos” (GOULART apud CAMPOS, 2014, p. 94).

---

<sup>28</sup> Para melhor entendimento ver artigo de Célia Maria Leite Costa (1998) a respeito do impasse entre “intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos”. E também o artigo de Maria Madalena Arruda de Moura Machado Garcia (1998), sobre “os documentos pessoais no espaço público”.

<sup>29</sup> Nesse sentido, destacamos algumas normativas que relacionam o interesse público sobre documentos anteriormente privados. Trata-se dos incisos I a III, parágrafo 2º, artigo 22 do decreto 4.073 de 2002 e também a resolução nº17 de 25 de Julho de 2003 do CONARQ. Dispondo sobre os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento científico nacional podem ser declarados de interesse público e social. Vale-se destacar de modo a contribuir nesse diálogo também, a lei nº 8.394 de 30 de Dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais de presidentes da República. Por serem de interesse público, essas informações devem ser preservadas. Portanto, é comum que depois de cumprido o ofício de presidente da república esse acervo seja encaminhado para um Instituto de memória desse presidente ou que seja destinada para o Arquivo Nacional.

Os lugares de memória são construções coletivas que, de maneira interessada, servem de instrumento delineador e sedimentador de lembranças. Em outras palavras, é produto da construção social da realidade. [...] não é o arquivo em si que possui as características de ser ou apoiar a existência de um lugar de memória, mas os projetos investidos nele, a trajetória de seu produtor e o ritual e escolhas que são investidos nos processos de tratamento e uso. (LEITE, 2014, p. 44)

Logo, Arquivos e Museus, enquanto estabelecimentos que visam à preservação documental dos seus acervos e resguardam a memória, resultam em uma propagação cultural. Dessa maneira, ao levantarmos publicações que inter-relacionem os trabalhos dos arquivistas e dos museólogos, observamos que essa relação pouco existe no meio acadêmico nacional, o que reflete a escassez de pesquisas voltadas para esse tema<sup>30</sup>.

Dessa forma, a aproximação e o diálogo entre arquivistas e museólogos significariam um ganho para os arquivos pessoais. Uma vez que os estudos arquivísticos e museológicos permeiam questões em comum, como: a conservação preventiva desses documentos, a melhor forma de armazenamento, buscando preservá-los considerando a possibilidade de migração de seus suportes e visando potencializar o acesso a esses conjuntos.

O acesso às informações pelos usuários é uma questão essencial para os museus, já que os conceitos basilares da Museologia consistem na “preservação, investigação e comunicação, presentes nas instituições de memória cultural [...]” (CHAGAS apud ARAÚJO; RENAULT; TANUS, 2012, p. 168). Assim, a preservação do suporte, bem como sua organização e manutenção, incidem na divulgação dessas informações culturais à população. Podendo ser pensado aqui uma maior possibilidade de relação interdisciplinar entre a Museologia e a Arquivologia, já que seus objetivos essenciais se cruzam.

Portanto, entendemos que os museus enquanto custodiadores de arquivos pessoais, e por isso torna-se interessante que possamos compreender o tratamento museal dado a esses acervos. Com essa ideia, buscamos realizar uma pesquisa de campo, onde através de um estudo de caso no acervo Sérgio Cabral custodiado no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, podemos vislumbrar os cuidados museológicos aplicados a esses documentos e verificar se de fato os princípios arquivísticos podem de alguma maneira ser aplicados em arquivos pessoais custodiados em museus. Para além, conseguimos observar como a contribuição dos arquivistas pode ser produtiva nessa relação interdisciplinar.

---

<sup>30</sup> Encontramos poucas publicações relacionando arquivos e museus, no entanto, nenhuma relaciona diretamente o arquivista contribuindo com a sua atuação em acervos museológicos. Apesar de na prática ela se realizar, principalmente quando se trata da organização de arquivos pessoais. Na literatura nacional, é possível encontrar trabalhos acadêmicos discutindo como se dá o trabalho de arquivistas em arquivos de museus de modo a cuidar apenas dos documentos administrativos do museu, para melhor entendimento ver artigo de Maria Celina de Mello e SILVA (2013). Ainda contribuindo para essa discussão destacamos a pesquisa de Fabiana Costa Dias (2017, Comunicação verbal), ao inferir sobre a finalidade de arquivos dentro de museus poderem ser abrigar arquivos composto por coleções.

## 4.2 O MUSEU DA IMAGEM E DO SOM DO RIO DE JANEIRO

Escolhemos o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS/RJ) como local para pesquisa de campo, relacionado ao tema dessa monografia de arquivos pessoais em museus. Primeiramente, por que é um museu conhecido pela pesquisadora desse projeto. E também por armazenar diversas coleções<sup>31</sup> de personalidades importantes para cultura popular brasileira. Incluindo a coleção Sérgio Cabral, o qual é de prévio conhecimento nosso, que ao passar por um projeto de digitalização, esse acervo foi organizado por uma arquivista. O que enaltece nossa perspectiva de que os profissionais de arquivo e de museus podem contribuir em um trabalho conjunto, principalmente, quando se trata da organização de acervos pessoais.

Para tanto, é interessante conhecermos o contexto de criação do MIS, assim como sua finalidade e os acervos pessoais custodiados por ele. Tratando-se de um museu que contém um riquíssimo acervo da cultura e música popular brasileira. Assim, a respeito da sua história, o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro foi inaugurado em 3 de setembro de 1965, como parte das comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro.

O Museu da Imagem e do Som destaca-se por ter lançado um modelo pioneiro de museu audiovisual.<sup>32</sup> Também se qualificando como Centro de Documentação de Música e Imagem, além de poder ser considerado um centro cultural vanguardista já nas décadas de 60 e 70 do século XX. O museu, no Rio de Janeiro, possui duas unidades<sup>33</sup>, uma na Praça XV e outra, sendo esta a sua sede, localizada no bairro da Lapa.

O acervo do museu distribui-se entre as suas duas unidades. Onde, na praça XV é que se encontram abrigados os acervos nos gêneros audiovisuais e iconográficos do museu. Já o prédio da Lapa, desde 1990 abrigam-se os setores administrativos do museu e os acervos em gênero textual, sonoro, tridimensional, além de partituras.

---

<sup>31</sup> Na Museologia, as coleções são os conjuntos documentais que compõem os acervos de museus, mesmo ao agruparem acervos pessoais. Pelo viés museológico “de modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada” (CONCEITOS CHAVE DE MUSEOLOGIA, 2013, p.32). Portanto, assume uma conotação diferente aquela dada pela Arquivologia. No entanto, mesmo na definição museológica, coincidem ao designar que coleções e fundos arquivísticos não devem ser confundidos.

<sup>32</sup> O Museu da Imagem e do Som também existe em outras capitais e cidades brasileiras, como São Paulo, Belo Horizonte, Campinas, Florianópolis e Curitiba. Sendo o MIS/RJ o pioneiro no Brasil.

<sup>33</sup> O seu prédio é tombado desde 1989. Trata-se de um dos pavilhões construídos para abrigar a Exposição do Centenário da Independência do Brasil, realizada em 1922. Estes, juntamente com o prédio onde hoje funciona a Academia Brasileira de Letras, representam o que resta ainda hoje dos pavilhões criados para essa comemoração histórica.

Figura 2 - Fachada MIS/RJ prédio da Lapa



Fonte: Acervo Pessoal Juliane Maia

Figura 1: Fachada MIS/RJ prédio da praça xv



Fonte: Acervo Pessoal Juliane Maia

O acervo do MIS/RJ é composto por 30 coleções<sup>34</sup>, de artistas consagrados da MPB. Reunindo em torno de 304.845 documentos em variados suportes<sup>35</sup>. Onde sua aquisição se deu em sua maioria por meio de doação, além de algumas adquiridas no momento de sua fundação. Atendendo esse acervo a um público pesquisador amplo e diversificado.

No intuito de contextualizar o Museu da Imagem e do Som, enquanto instituição relevante para preservação da cultura popular brasileira apresentamos as coleções e gêneros documentais custodiados no museu. Dentro dessas coleções, os acervos se subdividem por gêneros, identificados como: textual, iconográfico, audiovisual, sonoro, tridimensional, biblioteca e partituras.

<sup>34</sup> Para melhor conhecimento sobre as coleções abrigadas no MIS/RJ, ver o site do museu. Disponível em: <<http://www.mis.rj.gov.br/acervo/>>. Acessado em 29 de Out. 2017

<sup>35</sup> Informações coletadas no site do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.mis.rj.gov.br/historico/>>. Acessado em: 29 de Out. 2017.



**Tabela 3 – Coleções do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro**

Coleção Abel Ferreira	Coleção Irmãs Batista	Coleção Nara Leão
Coleção Almirante	Coleção Jacob do Bandolim	Coleção Nelson Motta
Coleção Augusto Malta	Coleção Jairo Severiano	Coleção Odete Amaral
Coleção Braguinha	Coleção João Araújo	Coleção Paulo Tapajós
Coleção Discoteca	Coleção Jorge Murad	Coleção Rádio Nacional
Coleção Dorival Caymmi	Coleção Jurandyr Noronha	Coleção Salvyano Cavalcanti
Coleção Elizeth Cardoso	Coleção Lúcio Rangel	Coleção Sérgio Cabral
Coleção Guilherme Santos	Coleção Luis Carlos Saroldi	Coleção Waldir Azevedo
Coleção Herminio Bello de Carvalho	Coleção Mauricio Quadrio	Coleção Zezé Gonzaga
Coleção Herivelto Martins	Coleção MIS	Depoimentos para posteridade <sup>36</sup>

Fonte: Elaboração própria

Dessa maneira, o Museu da Imagem e do Som reúne em seu acervo, personalidades da música popular brasileira. Tendo como missão atender pesquisadores e ajudar na propagação cultural.

Este Museu visa documentar em som e imagem o esforço do homem brasileiro, do homem carioca, dos homens de todas as nações que para aqui vieram convergentes formar, ampliar, reformar, desenvolver, tornar viva, humana, colorida, variada, multiforme, infinitamente alegre, mas infinitamente sofrida, a gloriosa e valorosa cidade de São Sebastião de Rio de Janeiro. (MIS, 2017, [s.p])

Desse modo, ao abrigar acervos pessoais, o museu torna-se responsável pela sua custódia, preservação e disponibilidade de acesso. Dessa forma, através de um estudo de caso no acervo pessoal Sérgio Cabral, custodiado no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, podemos observar como esse trabalho é desenvolvido pela perspectiva museológica e como o auxílio de um profissional arquivista pode ser benéfico ao cuidar de um arquivo pessoal.

<sup>36</sup> Projeto de história oral que documenta a trajetória de personalidades brasileiras. É produzido pelo MIS desde 1966.

### 4.3 O ACERVO PESSOAL SÉRGIO CABRAL

Justificando-se o interesse pela realização de estudo de caso no acervo Sérgio Cabral, se deu por esse acervo pessoal refletir no seu conjunto as atividades desenvolvidas pelo seu produtor, estando, assim em conformidade com a definição, mais geral, de arquivos pessoais dada por Oliveira (2010, p.35), onde um arquivo pessoal é aquele produzido e mantido por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de sua atividade e função social.

Dessa forma, consideramos importante contextualizar quem é o titular e o produtor desse acervo pessoal. Sérgio Cabral Santos, nascido em 27/05/1937, foi criado no bairro de Cavalcanti e torcedor do Vasco da Gama é uma figura importante para no cenário cultural nacional. Atuando como jornalista, escritor, compositor e pesquisador da música popular brasileira. Foi repórter, redator e cronista em quase todos os jornais do Rio de Janeiro. Além de ter sido um dos fundadores do periódico “O Pasquim”, em 1969, durante o período da ditadura militar. Foi produtor de discos e espetáculos musicais, além de compor em parceria com sambistas.<sup>37</sup> Na sua atividade de pesquisador e escritor, publicou obras diversas em sua maioria biografias<sup>38</sup>. Atuou também na política carioca, foi vereador (1982-1986), secretário municipal de Esporte e Lazer (1987-1988) e conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (1993-2007). Ao completar 70 anos e se aposentar, em 2007, doou seu acervo pessoal ao MIS<sup>39</sup>. Este é constituído por documentos textuais, iconográficos, partituras, discos, material bibliográfico e objetos tridimensionais, onde se encontram medalhas e faixas, fruto de homenagens recebidas ao longo de sua vida pública.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> Entre 1973 e 1981, atuando como produtor musical desenvolveu diversos projetos, na produção de discos, composições musicais em parceria com sambistas como Rildo Hora em canções como “Os meninos da Mangueira” (1973) e produzindo espetáculos musicais como “Sassaricando”, autoria essa realizada em parceria com Rosa Maria Araújo, presidente do MIS/RJ.

<sup>38</sup> “As Escolas de Samba - o que, quem, onde, como, quando e porque” (1974); “Pixinguinha, Vida e Obra” (1977); “ABC do Sérgio Cabral” (1979); “Tom Jobim” (1987); “No Tempo de Almirante” (1991); “No Tempo de Ari Barroso” (1993); “Elisete Cardoso, Vida e Obra” (1994); “As Escolas de Samba do Rio de Janeiro” (1996); “A Música Popular Brasileira na Era do Rádio” (1996); “Pixinguinha Vida e Obra” (1997); “Antonio Carlos Jobim - Uma biografia” (1997); “Livro do Centenário do Clube de Regatas Vasco da Gama” (1998); “Mangueira - Nação Verde e Rosa” (1998); “Nara Leão - Uma biografia” (1991); “Grande Otelo - Uma biografia” (2007) e “Ataulfo Alves” (2009).

<sup>39</sup> No acervo do museu, esta disponível para pesquisadores a gravação da cerimônia de doação do acervo pessoal Sérgio Cabral para o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, realizada na sala Cecília Meireles, no dia 29/05/2007. Em comemoração aos 70 anos do pesquisador, tendo sido homenageado pelo museu, e assinado um contrato de doação desse acervo.

<sup>40</sup> Informações coletadas em pesquisa de campo no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, realizadas nos dias 23/10/2017 e 26/10/2017, através de consulta ao depoimento dado por Sérgio Cabral, ao projeto de História oral “Depoimentos para Posteridade”, o qual o próprio relata sua trajetória pessoal e profissional. E também ao assistir a gravação de cerimônia de doação do seu acervo ao museu.

O acervo pessoal Sérgio Cabral, custodiado no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, tem hoje 24.925 registros catalogados, distribuídos através dos seguintes gêneros<sup>41</sup>:

**Tabela 4 - Gêneros que compõem o acervo pessoal Sérgio Cabral**

<b>Gêneros:</b>	<b>Total de itens por gênero:</b>	<b>Tipologia Documental<sup>42</sup> encontrada:</b>
Textual	16.361 itens	Agenda (5 itens)
		Anotação (47 itens)
		Ata (11 itens)
		Comunicado (541 itens)
		Correspondência (1.656 itens)
		Documento contábil (250 itens)
		Documento Pessoal <sup>43</sup> (131 itens)
		Documento impresso (923 itens)
		Formulário (21 itens)
		Lista (156 itens)
		Produção intelectual (1.514 itens)
		Recorte (10.767 itens)
		Relatório (7 itens)
		Roteiro (92 itens)
Texto legal <sup>44</sup> (240 itens)		
Iconográfico	4.024 itens	Fotografia (3.997 itens)
		Impresso (17 itens)
		Desenho (6 itens)
		Cartão Postal (4 itens)
Sonoro	4.224 itens	Disco (4.224 itens)
Tridimensional	1 item	Medalha <sup>45</sup> (1 item)
Biblioteca	127 itens	Periódico (112 itens)
		Folheto (12 itens)
		Livro (3 itens)
Partituras	188 itens	Partitura (188 itens)

<sup>41</sup> Informações coletadas através de pesquisa quantitativa realizada no banco de dados do MIS/RJ, no dia 26/10/2017. Buscando os gêneros documentais encontrados no acervo pessoal Sérgio Cabral. Sendo respeitada a nomenclatura dada para os gêneros e tipologias documentais, registradas no banco de dados do museu para concepção desse quadro.

<sup>42</sup> Apesar de no museu todos esses itens serem relacionados a tipologia documental. Ressaltamos que na Arquivologia, tipos documentais são entendidos como a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (BELLOTO, 2002, p. 19). Em outras palavras, podemos entendê-la através da expressão Tipologia documental = espécie + função. Por exemplo, Ata é uma espécie, ata de reunião é um tipo documental. Logo, na relação dada no quadro acima, de maneira arquivística, vemos em sua maioria espécies e alguns tipos documentais.

<sup>43</sup> Observando os itens catalogados no banco de dados do museu, vemos que existem no tipo documental de “documentos pessoais”: bilhetes de ingresso, diplomas de gratidão de escolas de samba, certificados de palestrante, credencial de palestras, lembrança de 1º comunhão, homenagens de escolas de samba, entre outros. No entanto, aqui inferimos sobre o nome dessa tipologia, talvez não sendo a mais adequada. Uma vez que, ao compor um acervo pessoal, todos os documentos que o compõe, são documentos pessoais, inserindo-se aí uma redundância na sua nomenclatura.

<sup>44</sup> Documentos oficiais, relacionados ao desenvolvimento das atividades políticas de Sérgio Cabral.

<sup>45</sup> Medalha comemorativa da União brasileira dos escritores do Rio de Janeiro, 52 anos (1958-2010). Intitulada “Medalha Antonia Celinto”.

Como recorte metodológico, definimos por nos debruçar sobre o gênero textual que compõe o acervo pessoal de Sérgio Cabral. Desse modo, buscamos compreender a aquisição, a organização, a catalogação e o acondicionamento dado a esse acervo. Tendo como instrumento de pesquisa uma entrevista realizada com a coordenadora do setor textual do Museu da Imagem e do Som, a museóloga, Eliane Vilela Antunes.<sup>46</sup>

Dessa maneira, durante a entrevista, soubemos que a aquisição do acervo pessoal Sérgio Cabral, se deu por interesse mútuo, entre o museu e o produtor do acervo, seu arquivo pessoal foi doado para o Museu da Imagem e do Som no dia 29/05/2007, mediante assinatura de contrato de doação. A escolha como instituição custodiadora desse acervo se deu pela proximidade do titular com a presidente do museu. Além do próprio, no decorrer de sua atividade de escritor e pesquisador da música popular brasileira, também ter sido frequentador das salas de pesquisa do MIS.

O acervo textual não teve uma seleção inicial, como parte do seu processo de aquisição. Sendo transferido integralmente para o museu, sem a realização de uma triagem documental, de acordo com a finalidade do museu, de guardar a produção musical brasileira, atendendo a pesquisadores acadêmicos e culturais. Ademais, trata-se de um conjunto documental que recebeu influência arquivística, através do trabalho de profissionais arquivistas, nas suas etapas de higienização, organização e de catalogação, realizadas pelo museu, já visando sua digitalização e acesso.

Esse acervo foi organizado majoritariamente se respeitando a tipologia documental. Atualmente, no âmbito arquivístico, outras formas, para além da tipológica, estão sendo incentivadas, como a abordagem funcional e a contextual, nesse sentido, enxergamos que uma organização funcional também seria positiva para esse acervo. No entanto, conforme exposto pela supervisora desse acervo, a sua organização é dada de forma museológica, com adaptações<sup>47</sup>, de forma a atender o tipo de acervo do MIS e a facilitar a busca desses registros no seu banco de dados.

Buscando ainda entender sua organização, descobrimos que o acervo não possui um inventário, no entanto o seu controle documental é feito através do uso de lista de arrolamento<sup>48</sup>. A catalogação e descrição foram realizadas simultaneamente no banco de

---

<sup>46</sup> Entrevista presencial, realizada no dia 24/10/2017.

<sup>47</sup> No museu da Imagem e do Som não é usado um livro de tomo para registrar o acervo do museu, conforme é indicado conceitualmente pela Museologia. Ao invés disso, os itens documentais recebem um número de patrimônio. Por ser um museu do Estado necessita seguir as normativas estabelecidas por ele, como a de que todos os seus patrimônios recebam um número de registro.

<sup>48</sup> Visualizando no uso desse instrumento a localização, o tipo documental, o suporte e os códigos de referência na indexação dos documentos desse acervo. Para melhor entendimento ver anexos 1 e 2.

dados do museu, também com a participação de arquivistas. Já o acondicionamento do acervo textual é feito por encartes de papel neutro, alocados em pastas suspensas pendulares.

Logo, no processo de organizar esse acervo, tendo como norte direcionamentos arquivísticos, observamos na sua organização, que se houve um esforço em se identificar nas tipologias documentais, eixos em comum na agrupação desses documentos. Ou seja, são criados dossiês de documentos com finalidades distintas no acervo desse produtor, como “documentos contábeis”, “produção intelectual”, “Textos legais”, etc. O que se aproxima a noção de arranjo. Estando de acordo a visão exposta por Camargo (2017), ao refletir que “analisando e identificando as tipologias documentais, é possível realizar um arranjo dos arquivos pessoais”<sup>49</sup>.

Em nossa entrevista, também soubemos que especificamente no acervo textual Sérgio Cabral foi possível manter a ordem original dada pelo seu produtor. Onde, o mesmo mantinha em pastas, ordenadas por ordem alfabética, seus documentos de consulta para elaboração de suas obras, assim como suas produções para publicações no jornal. Dessa forma, a maior parte dessas pastas continha recortes de jornais, muitos das colunas de sua autoria.

Da mesma maneira, apresentamos os conceitos arquivísticos de organicidade, assim como de arquivos pessoais e de coleções e questionamos, na visão da museóloga e coordenadora desse acervo, sua percepção sobre esses conceitos aplicados ao acervo Sérgio Cabral. Em sua opinião, esse acervo pode ser considerado tanto um arquivo pessoal, como uma coleção. Pois de fato foi colecionado pelo seu titular, da mesma maneira, é um conjunto produzido e acumulado por uma pessoa no desempenho de sua atividade de pesquisador. E é dotado de organicidade por o seu conjunto ter sentido entre si, tendo uma relação natural entre eles, em decorrência da sua atividade de jornalista, pesquisador e escritor. Opinião válida para nós, por compreender que esse arquivo pessoal é de fato um arquivo. Podendo de maneira satisfatória, ter no seu trabalho de organização uma participação arquivística.

Portanto, mesmo partindo de abordagens diferentes, a organização dada no arquivo de Sérgio Cabral buscou manter a integridade do acervo. Obedecendo à ordem original do autor, que ordenou seus artigos por temas e tipologia. Esse tipo de perspectiva que visa manter os vínculos existentes entre os documentos do arquivo, possibilita aos usuários maiores possibilidades de pesquisa, assim como entender a organização intelectual do produtor sobre seu acervo.

---

<sup>49</sup> Lembramos que pela arquivística, o mais indicado é que esse arranjo seja feito de forma funcional e não pela tipologia documental, apesar de também ser uma prática usual na organização de acervos.

Por fim, consideramos válido esse tipo de abordagem, assim como reconhecemos a importância do trabalho desenvolvido no Museu da Imagem e do Som, que muito se preocupa com o acesso ao seu acervo, utilizado para isso, um banco de dados, onde se encontram muitas informações sobre o acervo, seu processo de custódia e suas intervenções, instrumento esse, que mesmo não se enquadrando em padrões arquivísticos de descrições, pode ser pensado como uma contribuição para Arquivologia.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos por objetivo nessa pesquisa entender as questões conceituais que envolvem os arquivos pessoais. Compreendendo o porquê de existir dificuldades metodológicas na adequação dos principais conceitos arquivísticos voltados para os arquivos pessoais. Constatamos que um dos motivos de se existir essa problemática consiste em os próprios arquivistas não terem dado a devida atenção aos arquivos de pessoas no momento de formulação dos princípios norteadores da área.

Inferindo sobre essa reflexão conceitual arquivística sobre os arquivos de pessoas, destacamos a preocupação em estabelecer arranjo e descrição em arquivos pessoais. E compreender a própria organicidade e os contextos de criação desses arquivos. Soma-se a essa discussão, pensar acerca do valor testemunhal, de prova e memorialístico que abarcam esses documentos. E mais especificamente, nesta pesquisa, compreender o tratamento dado aos arquivos pessoais em museus.

Dessa maneira, é importante reconhecer que graças ao maior interesse de pesquisadores ao utilizar arquivos pessoais como fonte de pesquisa, sejam eles historiadores, museólogos ou arquivistas. Aumentou-se a preocupação com o tratamento dessa documentação, de forma interdisciplinar. O exemplo disso reflete-se no campo arquivístico. Onde hoje se reconhecem os arquivos pessoais como Arquivos. No campo da História há o interesse da preservação dessa documentação, por entenderem-se esses documentos como fonte contextual de conhecimento, muitas vezes mais enriquecedora do que os próprios documentos oficiais. E no campo da Museologia, é interessante pensar na melhor forma de catalogar, descrever, acondicionar e dar acessibilidade às informações contidas nesses arquivos pessoais, uma vez que, tornam-se cada vez mais os museus os ambientes custodiadores de acervos pessoais no Brasil e, portanto locais de interesse e busca para os pesquisadores de arquivos pessoais.

Logo, o motivo de buscar se realizar uma análise empírica se dá por entendermos que toda ideia tem fundamento prático e não caberia estudar teoricamente o tratamento de acervos pessoais em museus, sem de fato realizar uma análise nesse determinado modelo de acervo.

Assim, o interesse em pesquisar sobre o acervo de Sérgio Cabral se deu por ser um arquivo interessante para cultura brasileira. Sobretudo, o motivo principal se deu por partir de conhecimentos prévios da pesquisadora desse projeto a influência arquivística no projeto inicial de organização desse acervo. Iluminando a ideia de que profissionais arquivistas podem atuar também em museus, ampliando assim os horizontes sobre as possibilidades de

seu campo de atuação. Não apenas lidando com documentos administrativos do museu, mas também auxiliando na organização do seu acervo.

Compreendendo que não se trata essa instituição de um Arquivo, mas sim de um Museu, não cabe aqui a obrigatoriedade em seguir todas as normativas preconizadas pela Arquivologia. No entanto, conseguimos enxergar como, se trata de um objeto de interesse multidisciplinar, os arquivos pessoais, podem estar localizados em diversas instituições.

Destacamos a escolha por esse acervo específico, por ser um acervo pessoal que reflete o uso dos documentos que o compõe no decorrer das atividades profissionais do seu produtor. Não sendo encontrados muitos documentos, relativos à vida privada do mesmo, mas sim em sua grande maioria, documentos sobre personalidades da música popular brasileira, enaltecendo seu ofício de pesquisador. Portanto, os arquivos pessoais estudados nessa monografia, são documentos nos quais as pessoas guardam e testemunham suas vidas. Desse modo, representam as atividades desempenhadas pelo seu produtor, seja na sua vida pessoal ou na sua vida profissional. Logo, retratam memórias individuais.

Portanto, com essa pesquisa, conseguimos vislumbrar como os arquivistas também podem atuar em museus. Não apenas lidando com documentos administrativos do museu, ou apenas dentro de arquivos de museus, mas sim, também atuando diretamente com acervos museológicos, principalmente quando relacionado a arquivos pessoais, caso esse específico desta pesquisa. Desse modo, os conceitos arquivísticos, muito também podem contribuir para melhor organização desses acervos. Onde enxergamos de forma benéfica o inter-relacionamento profissional, de maneira conceitual e prática entre arquivistas e museólogos.



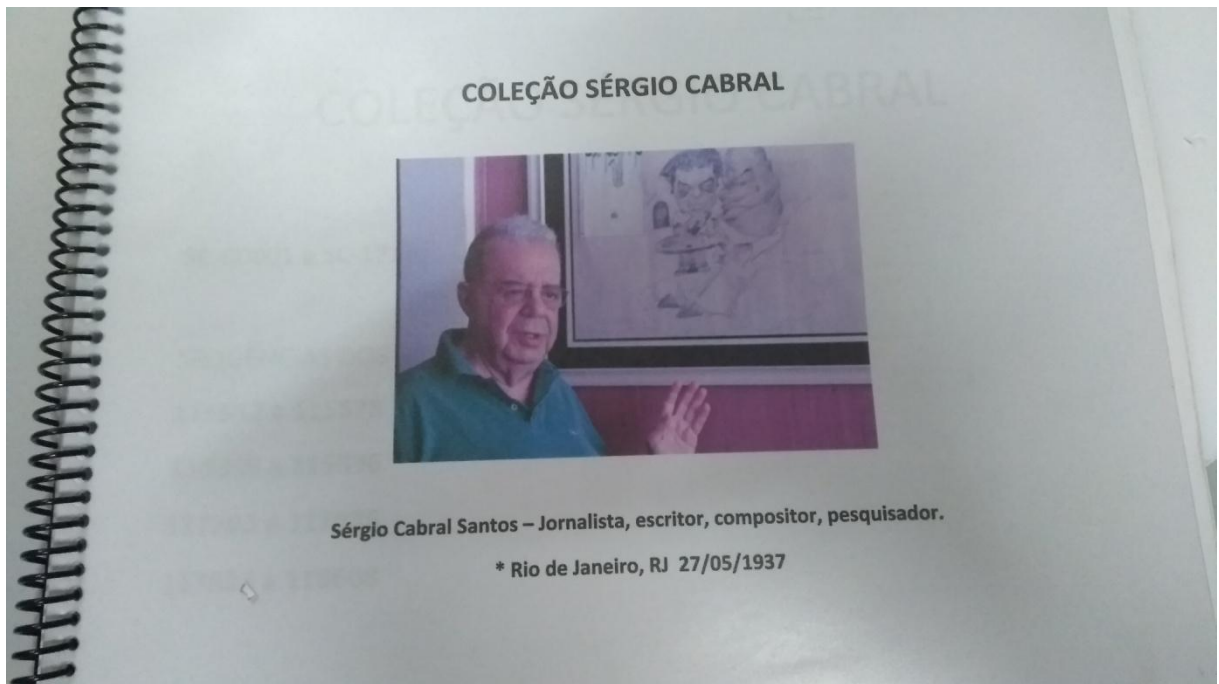
## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Eliane Vielela. **Acervo Textual Sérgio Cabral**. Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som, 24 Out. 2017. Entrevista a Juliane Dantas.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Rio de Janeiro.: Arquivo Nacional, 1973, p.18; 56; 117.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-208, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063>>. Acesso em: 20 Jul. 2017.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. IN: Como fazer. Arquivo do Estado e Imprensa oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2002, Vol. 8, p.19.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. Arquivo do Estado, São Paulo, 1998, p.18.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa L. (Coord.) **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Arquivos pessoais são arquivos**. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano XLV, n.2, p. 26-39, jul/dez. 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Tipologia Documental em Arquivos pessoais**. IN: Seminário de Arranjo e Descrição em arquivos pessoais, 30 Mai. 2017, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. 2012. IN: XIII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia (Seminário); p. 3-4.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa**, Revista Escrita da História, Ano II, vol. 2, n.4, p. 101-119, set/dez. 2015.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.17-95, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Glossário Documentos Arquivísticos Digitais**, Câmara Técnica de Documentos eletrônicos. V.6., 2014, p. 28. Acesso em: 18. Out. 2017. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario\\_v6\\_public.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf)>
- COOK, Terry. **Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em mundo pós-moderno**. IN: Seminário Internacional sobre Arquivos pessoais, Rio de Janeiro, Nov. 1997.
- COSTA, Célia Maria Leite. **Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 189-200, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066/1205>>. Acesso em: 28 Out. 2017.
- CRAIG, Barbara L. **The archivist as planner and poet: thoughts on the larger issues of appraisal for acquisition**. *Archivaria*, v. 52, p. 175-183. Disponível em:

- <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12820-14864-1>> Acesso em: 24 Ago. 2017.
- CURRÁS, Emília. Desvallées, A., & Mairesse, F. **Conceitos-chave de Museologia. Tesouros: linguagens terminológicas**. Brasília: IBICT, 1995. São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comitê Nacional Português do ICOM. Disponível em: <[http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Key\\_Concepts\\_of\\_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia\\_pt.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf)> Acesso em: 1 Ago. 2017
- DIAS, Fabiana Costa. **Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial**. IN: Café com Arquivo: Arquivos em Museus. 06. Jun. 2017, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64. 1994
- EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Ed.). **Currents of archival thinking**. Santa Barbara, CA: Libraries Unlimited, 2009. p. 3-21.
- ESCOBEDO, Joana. **Los caminos de la memoria. Archivos personales**. In: **SEMINARIO DE ARCHIVOS PERSONALES**, Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004. Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, p. 55-79.
- FRAIZ, Priscila. **A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2060/1199>>. Acesso em: 25 Out. 2017.
- FUSTEL DE COULANGES, **La monarchie franque, em Histoire des institutions politiques de l'ancienne France**, Hachette, Paris, 1875-89, tomo III.
- GARCIA, Maria Madalena A. de M. Machado. **Os documentos pessoais no espaço público**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 175-188, jul. 1998.. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070/1209>>. Acesso em: 29 Out. 2017.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva e memória individual**. In: *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais, 1990.
- HEYMANN, Luciana. **Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica**. IN: *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2013, p. 69.
- LACERDA, Aline Lopes de. **A imagem nos Arquivos**. IN: *Arquivos pessoais: Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2013, p. 65.
- LE GOFF, Jacques. **Documento Monumento**. IN: *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990. p. 366-462.
- LAMBERT, Emanuelle. **Alain Robbe-Grillet ET ses archives, anthropology and the Power of representation**. *Archival Science*, n.2, 2002, p. 209-220.
- LEITE, Bruno Ferreira. **Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos). Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2014, p. 41-56.
- LODOLINI, Elio. **El Problema fundamental de La archivística: La naturaleza y El ordenamiento Del archivo**. *Irargi Revista Archivística*, n.1, p.27-61, 1998.
- MARTÍN-POZUELO, M. PAZ. **La Construcción teórica em archivística: El principio de procedência**. Madrid: *Universidad Carlos III*, 1998, p. 25; 150.
- MCKEMMISH, Sue. **Provas de mim... novas considerações**, IN: *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2013, p. 17-43.

- Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (site).** Disponível em: <<http://www.mis.rj.gov.br/>>. Acessado em: 29 Out. 2017
- NEDEL, Letícia Borges. **Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da História política recente.** Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2013, p. 131.
- NOUGARET, Christine (Org.) **Les instruments de recherche dans les archives. Paris: Direction des Archives de France, 1999. 259 p.**
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais.** 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática.** 3. Ed. Ver. Ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 15-26.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social,** IN: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 14 Ago. 2017.
- RANGEL, Kíssila da Silva. **Revisitando o princípio da proveniência: percepções sobre a organicidade.** 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. **Arquivos, anistia política e justiça de transição no Brasil: onde os nexos?** IN: Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, n.1, jan- jun 2009, p.145.
- ROUSSEAU, Jean Yves & COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa, Dom Quixote, 1998, p.22; 34; 296.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Pref. José Honório Rodrigues; trad. Manoel A. Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980. 396 p.
- SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações.** 2012. Tese (Doutorado Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis)> Acesso em: 03 Ago. 2017
- SILVA, Armando Malheiro. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico.** Porto: Afrontamento, 2006.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Arquivos de museus: características e funções.** In: Revista Museologia& Interdisciplinaridade, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Vol. II, n. 4, maio/jun. 2013.
- SOBRAL, Camila e MACEDO, Patrícia. **Arquivos pessoais em seu contexto: Pesquisa e Prática.** IN: Café com Arquivo: Arquivos pessoais. 25 Abr. 2017, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- SOUSA, R. T. B. **Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação.** In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite.. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 02, p. 249.
- TANUS, Gabrielle Francinne de S.C; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.**In: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.8, n. 2, p. 158-174, fev. 2013. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>>. Acesso em: 28 out. 2017.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Onde estão os arquivos pessoais? : uma sondagem.** In: Encontro Arquivos Pessoais e Cultura: O direito à memória e à intimidade: visibilidade e internet, 2., 21-23 Set. 2016, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

## 7. ANEXO



**Figura 1 - Capa da lista de arrolamento da Coleção Sérgio Cabral**

Setor	Coleção	Tipo Documental	Suporte	Localização	IP	Nº de Catalogação
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115552	SC-00001
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115553	SC-00002
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115554	SC-00003
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115555	SC-00004
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115556	SC-00005
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115557	SC-00006
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115558	SC-00007
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115559	SC-00008
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115560	SC-00009
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115561	SC-00010
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115562	SC-00011
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115563	SC-00012
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115564	SC-00013
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115565	SC-00014
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115566	SC-00015
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115567	SC-00016
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115568	SC-00017
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115569	SC-00018
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115570	SC-00019
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115571	SC-00020
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115572	SC-00021
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115573	SC-00022
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115574	SC-00023
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115575	SC-00024
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115576	SC-00025
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D07	115577	SC-00026
Textual	Sérgio Cabral	Produção Intelectual - TPI	Papel	Praça XV D08	115578	SC-00027
				<b>TOTAL</b>		27

**Figura 2 - Lista de arrolamento da Coleção Sérgio Cabral**